



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ACTA N.º 7 /2010
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 30-09-2010**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº 7 da Sessão Ordinária de 30-09-2010

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA - 30 de Setembro de 2010-----

INICIO - 15h50-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - Vítor Frederico da Silva Figueiredo Pais..... PSD

1º SECRETÁRIO - António Azenha Gomes..... PSD

2ª SECRETÁRIA - Ana Elisabete Laborda Oliveira..... PSD

MEMBROS - José António Nogueira dos Santos MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Jorge Manuel Oliveira Barral *em substituição* PS

Lídio Manuel Coelho de Neto Lopes PSD

Anabela Almeida Marques e Gaspar PS

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa PSD

António Jorge Rodrigues Pedrosa MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Manuel Simões Mota PS

Adelino da Costa Pinto PS

António Francisco Guerra Padrão PSD

Elisa Maria Coimbra Matos MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

António Francisco Gonçalves Baião CDU

Maria dos Prazeres Alves de F. de Mendanha e Albergaria PS

David Manuel Fajardo Azenha PSD

Júlio José da Rocha Bertão *em substituição* PS

Carlos Alberto Pais dos Santos MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Marina Resende Gomes da Silva PS

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos BE

Isabel Maria de Oliveira F. G. Coimbra Barriga ... MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

António Manuel Pereira Simões PS

Manuel António Fernandes Domingues PSD

Mafalda Sofia Mendes Azenha PS

Maria Margarida de Oliveira Monteiro Fontoura PSD

Herlânder Matos Rocha *em substituição* PS

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Rocha Oliveira PSD

(Alqueidão) Maria Caeiro Marques Simão PSD

(Bom Sucesso) Dário Figueiredo Acúrcio PSD



(Borda do Campo)	José António Carvalho Gaspar	PS
(Brenha)	Fausto Fernando Santos Loureiro	PS
(Buarcos)	José Manuel Matias Tavares	PS
(Ferreira-a-Nova)	Euclides Pagaimo de Jesus Frade	PSD
(Lavos)	José Elísio Ferreira de Oliveira	INDEPENDENTE
(Maiorca)	Filipe Humberto Mateus Dias	PSD
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada	PS
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido Rodrigues	PSD
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto	PS
(Quiaios)	Carlos Manuel da Silva Rabadão	PSD
(Santana)	Fernanda do Rosário Oliveira	PSD
(S. Julião)	Fernando Góis Moço	PS
(São Pedro)	Carlos Manuel Azevedo Simão	INDEPENDENTE
(Tavarede)	Victor Manuel dos Santos Madaleno	PS
(Vila Verde)	João Filipe Carronda da Silva Antunes	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Foram substituídos os membros: João Paulo Correia Rodrigues por Jorge Manuel Oliveira Barral, Fortunato Carlos Alves da Costa por Júlio José da Rocha Bertão e Luís Nuno de Almeida e Castro por Herlânder Matos Rocha.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Justificaram as faltas os membros: João Paulo Correia Rodrigues, Fortunato Carlos Alves da Costa e Luís Nuno de Almeida e Castro.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

PRIMEIRO SECRETÁRIO, interveio para fazer a leitura resumida da correspondência recebida.-----

Acrescentou ainda que, na sequência do pedido de suspensão do mandato, por um período de cento e oitenta dias, do Sr. deputado Nelson César Santos Fernandes, a Mesa deu posse ao Sr. António Francisco Gonçalves Baião.-----

1.2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES DE 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2 DE SETEMBRO DE 2010

ANTÓNIO PEDROSA, interveio dizendo: “a bancada do Movimento Figueira 100% já fez chegar à Mesa, uma proposta de alterações que têm a ver com questões ortográficas, não tanto com questões de sentido, tinha a ver com o PEC, seria



qualquer coisa como: subliminar que aparecia nas actas, mas é só para dar conta que já fizemos a nossa proposta.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “queria esclarecer qual é a alteração que pedem, tem a ver com correcções de português. As mesmas referem-se à acta do passado dia 30 de Junho de 2010. Portanto há correcções de ortografia que desde já agradeço e peço desculpa pelos erros cometidos. Não havendo mais comentários, coloco de seguida a acta da sessão de 30 de Junho de 2010 à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e nove votos a favor (16 do PS, 16 do PSD, 5 do Movimento Figueira 100% e 2 dos Membros Independentes) e com duas abstenções (1 do PS e 1 da CDU), aprovar a acta da sessão de 30 de Junho de 2010.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “de seguida coloco à vossa apreciação a acta do passado dia 2 de Setembro, alguém quer fazer algum comentário? Não havendo mais intervenções coloco a acta à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a acta da sessão de 2 de Setembro de 2010.-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

JOSÉ ELÍSIO, interveio dizendo: “quero apresentar uma moção, sobre os acessos à auto-estrada A17 e ao IC1, na zona Sul do concelho, (documento que constitui o anexo número um à presente acta).”-----

LÍDIO LOPES, interveio dizendo: “entendo esta moção como uma declaração de princípio, ou seja, como uma vontade para algo que é requerido ou que poderá beneficiar o quotidiano das populações e em especial até a operação naquilo que tem a ver com as unidades industriais do sul do concelho. E é óbvio que acabar uma auto-estrada numa via como a que liga Marinha das Ondas ao Paião não é razoável, tendo as duas unidades industriais que existem e, que ligam aquela via e como declaração nesses termos, penso que nós podemos concordar, sendo certo que não são tempos para investimentos públicos desta dimensão e desta natureza. - O que acrescia como declaração de intenção, porque interessa colocar na agenda, para que não se esqueça este assunto, que é o nó da auto-estrada que serve o Alqueidão, a Borda do Campo e fundamentalmente Soure, porque esse nó era o inicialmente previsto na construção da auto-estrada A17, foi passado mais para sul por razões que tinham a ver, mais exactamente, com as fábricas, e ficou pendurada, do ponto de vista daquilo que até tem a ver com segurança rodoviária,



o atravessamento da ponte do rio Mondego, com aquilo que é natural neste tipo de infra-estruturas, uma saída a montante e uma saída a adjuvante, ou uma saída do lado esquerdo ou do lado direito do rio, este nó é requerido por Soure, foi na altura bastante defendido pelas juntas de freguesia do Alqueidão e da Borda do Campo. E entendemos que, a considerar esta nossa sugestão que deveria integrar este conjunto de sugestões. Como disse, como declaração de princípio, não temos reservas em votá-la.”-----

JOSÉ ELÍSIO, disse o seguinte: “estou de acordo com a intervenção que me antecedeu e se for apresentada uma moção nesse sentido votarei a favor.----- Agora, acho que são duas questões completamente distintas, e que devem ser tratadas separadamente.”-----

NUNO BISCAIA, interveio dizendo: “a bancada do PS, votará favoravelmente e acompanhará a proposta apresentada à câmara, pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, obviamente que há que ter consciência do período de contenção económico e financeiro que o País atravessa e, uma vez que este projecto não se iria nunca realizar a médio prazo, talvez a longo prazo seja viável. De qualquer modo, estando em causa o bem-estar da população, nomeadamente do nosso concelho, o PS nunca poderia votar desfavoravelmente, por isso iremos acompanhar a moção.”-----

JOSÉ ELÍSIO, disse o seguinte: “também comungo desta opinião, porque é uma realidade, de que vivemos em período de contenção financeira, de grandes dificuldades, mas também sei que tem sido esta, que nos é dado a constatar ao longo da nossa vida, de que as obras não se reclamam hoje para serem feitas no dia seguinte. E que esta é uma pretensão que nós sabemos que não será contemplada e satisfeita no curto prazo.”-----

Agora, também me ensinaram que candeia que vai à frente ilumina, duas vezes. Recentemente, houve um cidadão brasileiro que até usou uma expressão muito engraçada, que disse que, “gado que sai na frente bebe água limpa”. E portanto, comungando desta opinião, sabendo as dificuldades que temos, sou um optimista, quero crer que o mau tempo vai passar e que o bom tempo virá mais tarde ou mais cedo. A pretensão é preciso que vá andando, seguindo a sua tramitação, pode ser que nessa altura esteja na frente do pelotão e que, possa então ser contemplada com mais facilidade.”-----

LÍDIO LOPES, disse o seguinte: “penso que quando a oportunidade surge executam-se as obras, ou seja, partimos de um orçamento e depois vamos pondo mais um



tijolo. De seguida vou apresentar uma moção sobre a construção de um nó de ligação da A17 na zona do Casal Verde, (documento que constitui o anexo número dois à presente acta).-----

Deixo esta moção apesar de termos já falado, em tempo, naquilo que tem a ver com o acesso a norte da cidade da Figueira da Foz com o nó da auto-estrada no Ervedal, também falámos que deveria ser duplicada na subida do Alto de Brenha, e que deveriam ser feitos os cruzamentos da Costa de Lavos, de Marinha das Ondas, do topo do Alto de Brenha, do Casal Novo, e da entrada para Quiaios. Assim que começarmos a falar de estradas, tantas temos para falar.”-----

NOGUEIRA SANTOS, interveio dizendo: “não sou tão optimista, como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, e acho que o País está, na situação em que está devido às megalomanias que têm atravessado muito dos responsáveis do nosso País, que criaram um conjunto de infra-estruturas, que hoje todos somos capazes de chegar à conclusão que a sua rentabilização é praticamente impossível. Compreendo que, de facto, ninguém pede obra hoje para se executar amanhã, e que como se costuma dizer, quem não se queixa também muitas vezes não vem a usufruir das situações. Sou um utilizador daquela estrada e reconheço toda a justiça dos argumentos que foram aqui aduzidos relativamente ao congestionamento de tráfego que a mesma tem.-----

Agora considero que a oportunidade destas situações, tem muito a ver com o respeito que devemos ter pelo povo e pelas situações das pessoas. Acho que aquilo que ouvimos ontem, relativamente às medidas que Portugal tem que encarar e as quais não estão ainda decididas se, serão ou não suficientes, para que o País consiga sair da malograda situação em que está, acho que é pura e simplesmente esta assembleia dar uma indicação de que está completamente fora de sentido da realidade ao propor uma situação destas.-----

Nós não votaremos contra, por aquilo que realmente é o sentido da justiça da proposta, mas vamos abstermo-nos porque consideramos desadequado que quem vê agora os seus salários diminuídos seja confrontado que a Assembleia Municipal da Figueira da Foz vem pedir a realização de auto-estradas e coisas do género.”----

MANUEL DOMINGUES, interveio dizendo: “desde o início foi um pouco perplexo, porque esta situação tinha sido resolvida se a câmara municipal e os técnicos que projectaram aquela via, inicialmente tivessem feito a saída, no nó que dá acesso às matas. Ou seja, havia espaço, havia local suficiente para se fazer um nó de acesso directamente às fábricas, nunca consegui perceber como é que se vem



fazer um nó de acesso no meio do nada, quando a auto-estrada passa junto ao acesso às matas e aí era fácil fazer o nó de acesso e a via já estava feita, era só continuá-la.”-----

NUNO BISCAIA, disse o seguinte: “esta discussão quase que me faz lembrar aquele provérbio popular com algumas modificações, “de moção em moção enche a galinha o papo”, mas não é assim que isto funciona, antes fosse, porque não é por haver muitas moções que o peso que a autarquia tem sobre o Governo Central é mais forte, e compreendo muito bem esse acrescento, essa adenda do Sr. deputado Lídio Lopes. Sr. deputado sejamos realistas, o Sr. já foi do executivo, sabe muito bem qual é o peso que efectivamente, uma reclamação da autarquia tem no Governo Central, muito mais tendo em conta o período de contenção e de grande crise que atravessamos. Portanto Sr. deputado eu não posso deixar de ver alguma demagogia nessa sua moção.”-----

Relativamente ao Sr. deputado Nogueira Santos permita-me, que nós bancada parlamentar do PS também não conseguiríamos justificar perante os figueirenses que uma proposta se bem que de certa maneira teórica, mas que desse ponto de vista previa o bem do concelho fosse rejeitada por esta assembleia. Por isso penso que a abstenção não será o melhor caminho, mas V. Exa. é que saberá.”-----

ANABELA GASPAR, interveio dizendo: “é com admiração que vejo este assunto ser levantado pela bancada do PSD, porque o nó estava consagrado para a zona do Paião, numa primeira fase, para contemplar a freguesia da Borda do Campo, Alqueidão e Soure. Nem quero acusar de alguma forma, quero até ser subtil nas afirmações que vou fazer, mas porque o Sr. Presidente da Câmara Municipal anterior não quis e não houve vontade política da câmara municipal para o que foi feito lá, porque houve cedências às celulosas, não tenho nada contra às celulosas, mas não havia necessidade de terem feito dois troços um em cima do outro, isso é a realidade. E agora estou estupefacta que seja a própria bancada do PSD a equacionar que o nó volte para o sítio inicial.”-----

JOÃO TOMÉ, disse o seguinte: “apenas queria chamar a atenção, de que todas as moções, desde que defendam os interesses das populações, são bem vindas e deverão ser apoiadas. No entanto, acho que todos nós deveríamos pôr os pezinhos no chão, acho que, na minha perspectiva política, estamos numa zona tão cinzenta, a cair para o negro que nos deveríamos deixar de ping-pong, aquele fez, aquele não fez, aquele deveria ter feito, nós temos que pensar no presente e perspectivar o futuro. E perspectivar o futuro não é mais do que ter uma visão



global do concelho, perspectivar o PDM, incluindo todas as vias e a partir daí sim, ter algumas propostas de decisão. Doutra maneira acho que não vamos a lado nenhum.”-----

LÍDIO LOPES, disse o seguinte: “não vou fazer nenhum comentário relativamente às demagogias dirigidas. Acho, de facto, extraordinário solicitar-se que não se retire do dossier de decisão, o nó que está a ser requerido pelo concelho de Soure e que amparam, eu próprio participei em reuniões com a LAÇO e com as Estradas de Portugal, para que houvesse os dois nós, um mais a sul do que está hoje localizado, e esse nó de saída de Soure, e que se perspectivou, ou seja é um documento que está em cima da mesa e defendido pelo Sr. Presidente da Câmara de Soure, e que está em cima da mesa de discussão. Tendo participado nessas reuniões, penso que ainda sou do PSD e, como não mudo a cadeira nem a cor da cadeira onde me sento, não me baralho nas opiniões que tenho e a cor da minha cadeira, o que significa que tenho esta noção do que andámos a fazer. É óbvio que a decisão do Sr. Presidente da Câmara não se retira da discussão, foi ele que decidiu optar por uma determinada solução, e essa decisão deu-a ele, neste caso e neste contexto, enquanto responsabilidade naquilo que é o todo da câmara da altura e o todo das juntas da altura, e o que fizeram e disseram. E por isso o que estou a solicitar nesta moção, não é a construção de nada, porque o nó está previsto, o Sr. Presidente da Câmara de Soure foi candidato nestas últimas eleições tendo essa questão em cima da mesa, não sei se se lembram.”-----

O Sr. deputado Nuno, de vez em quando, só lê alguns jornais, deve ler todos. E nessa circunstância, a matéria é pertinente e está em cima da mesa. Portanto se quiserem votar votam, se não quiserem votar votam contra. É fácil.”-----

ANTÓNIO BAIÃO, disse o seguinte: “não vou tecer considerandos em relação à forma como cada um está aqui a explorar a questão da crise e a questão dos investimentos, mas para dizer que a CDU, sempre que sejam obras e investimentos públicos favoráveis às melhorias das populações, votaremos sempre a favor nesta Assembleia.”-----

MANUEL DOMINGUES, interveio dizendo: “já que se falou aqui em obras megalómanas, só queria que fizesse uma correcção a isso, é que não é quatro faixas de rodagem, isso pode assustar quem ler tem que ser duas faixas de rodagem com duas vias de trânsito cada.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “se não se importa que faça esta correcção. Punha à votação a moção.”-----



A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e oito votos a favor (18 do PS, 16 do PSD, 2 dos Membros Independentes, 1 da CDU e 1 do BE) e com seis abstenções (5 do Movimento Figueira 100% e 1 do PS), aprovar a moção apresentada pelo Sr. José Elísio, sobre os acessos à auto-estrada A17 e ao IC1, na zona Sul do concelho.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

NOGUEIRA SANTOS, fez a seguinte declaração de voto: “a abstenção do Movimento Figueira 100% prende-se única e exclusivamente com a oportunidade da apresentação desta moção e não necessariamente com o seu conteúdo. E também queria-vos dizer que estamos disponíveis para discutir coisas concretas e exequíveis e não teóricas como pretende o Sr. deputado Nuno Biscaia.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “no decurso desta discussão foi também apresentada uma moção pelo grupo do PSD.”-----

ADELINO PINTO, interveio dizendo: “estou a achar estranho esta proposta, nesta altura do campeonato, quando esteve previsto a saída do nó em Casal Verde e, de facto, ele foi desviado para o local onde se encontra agora, se houve pressões ou não essa foi a opinião favorável que foi dada na altura na câmara municipal, no qual era presidente e o Lídio Lopes era vereador, ela foi desviada com consentimento da câmara, mas também lhe tenho que dizer, agradeço imenso esse desvio porque ele de facto foi localizado no melhor sitio, porque se fosse colocada em Casal Verde, gostaria de saber como é que hoje faziam o escoamento do transito dentro do Paião? Sem a câmara ter condições económicas para fazer qualquer via que se prolongue. Estou de acordo convosco agora, acho estranho é que de facto voltarem ao regresso onde não há condições. O Paião está bloqueado, para onde é que iriam fazer a saída, a não ser que vão fazer nova auto-estrada a ligar ao IC1 ou às celulosas, ou coisa do género, o que eu não acredito muito. Razão pela qual também me vou abster em relação a esta proposta.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo mais intervenções coloco esta moção à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e seis votos a favor (16 do PS, 16 do PSD, 2 dos Membros Independentes, 1 da CDU e 1 do BE) e com oito abstenções (5 do Movimento Figueira 100% e 3 do PS), aprovar a moção apresentada pelo Sr. Lídio Lopes, sobre a construção de um nó de ligação da A17 na zona do Casal Verde.-----

ANTÓNIO BAIÃO, interveio dizendo: “decidi nesta minha primeira intervenção



começar por efectuar três observações contendo um misto de elogio e crítica e duas perguntas.-----

A primeira para evidenciar e elogiar a obra, que apesar de ter sido construído no município vizinho, não podemos deixar de enaltecer dada a sua utilidade para os atletas do concelho que se dedicam à prática do remo, a pista onde se realizaram, com êxito, o campeonato europeu de remo. Esta iniciativa foi também de grande importância económica para os nossos operadores de hotelaria, mas infelizmente o tratamento dado à recepção aos atletas no nosso concelho, sabe-se lá porquê, teve de ser realizada numa tenda colocada à pressa pela Federação Portuguesa de Remo, no Parque das Gaivotas, certamente porque não se conseguiu, junto dos nossos operadores turísticos, o espaço da cidade onde o acolhimento dos atletas fosse feito de outra forma.-----

A segunda questão prende-se também com o que este verão se fez com o turismo, felizmente hotéis e restaurantes trabalharam muito bem, tendo em conta a pouca atenção que é dada à prestação de serviço aos clientes, seja pelo número cada vez mais reduzido dos profissionais, seja pelas exigências de ritmos e trabalhos inaceitáveis, condições que provocam, que vão fugindo excelentes profissionais da área para outros países da Europa e até para África, sobretudo na área da restauração, as reclamações mantiveram-se, os veraneantes de perto, vêem e vão ao fim da tarde e por isso o negocio à noite é mais fraco, dizem os operadores da restauração. Ouvimos com frequência este lamento, temos que lhes dar razão, a esses e aos veraneantes de um só dia.-----

Para o seu afastamento, concorrem dois factores, por um lado a perda de poder de compra dos portugueses, que se agravou ainda mais do tanques espanhol e agora já passou para a versão Argentina. O outro, da responsabilidade do executivo camarário, a quem se deve perguntar se anda de costas voltadas com as colectividades do concelho, porque salvo melhor opinião, foi muito fraca a animação de rua neste período e ela pode-se fazer utilizando até a cidade como divulgação das festas que, posteriormente, se fazem nas freguesias. Claro que parcerias se fazem com trabalho, dedicação, algum incentivo e respeito mútuo. Tomemos como exemplo o que está a ser feito no Casino, pena foi ter sido em espaço fechado e só às segundas-feiras, porque daria muito mais ao verão da Figueira.-----

Mais uma época balnear se passou, sem que a questão dos transportes com ligação às praias e aos parques de campismo tenha sido resolvida.-----



As necessidades dos veraneantes que se deslocaram à nossa cidade, em transporte publico não foram satisfeitas, a única alteração que existiu, em relação ao horário praticado durante o resto do ano, foi o autocarro que saía às 8h45m da estação, com direcção a Buarcos. Esta empresa, que serve os transportes da cidade, não está, de forma nenhuma, a satisfazer as necessidades da população, da cidade, nem das freguesias que servem e, é um problema que deveria merecer uma maior atenção do executivo camarário. Porque convínhamos, para se fazer a apologia e a prática de mobilidade dos munícipes, não chega a comemoração do dia ou da semana, onde a empresa se dispõe a ter um mini-bus numa rua cortada ao transito e com alguma musica, iniciativa que até nem agradou aos comerciantes desta artéria.-----

A terceira questão prende-se com uma obra, para a qual depois do erro e de certeza caro de que há anos no tempo do mandato do Dr. Santana Lopes, nunca mais teve emenda, que é eterna questão da vala das Abadias. Sabendo como é a dedicação à causa do ambiente de alguns dos senhores vereadores, peço que tomem as medidas necessárias para que a vala das Abadias seja mais vezes limpa, para que deixe de correr para ela, águas provenientes que não da chuva e, que uma vez paradas pelo lixo e ervas acumuladas, deitam cheiro e criam insectos que afectam os que por ali passam ou residem nas imediações, para além de constituir um perigo publico para a saúde. Infelizmente sei bem do que falo, pois vivo ali perto.-----

Outra vergonha da nossa cidade, é o buraco das antigas construções do famigerado mercado novo, aconselharia que se observassem as regras de segurança a ter em conta em situações do género, especialmente atentando à proximidade de três escolas e a possíveis deslocções de crianças curiosas ao local.-----

Em relação à questão dos agrupamentos escolares, perguntar quando e como se avança com a questão dos agrupamentos escolares no concelho? E faço esta pergunta porque andamos no diz-se, diz-se e muita gente fala na cidade de que ou já não vai haver agrupamentos escolar, ou vai haver nesta data ou naquela, ou vai haver neste sitio ou naquele, a CDU gostaria de ser esclarecida sobre esta situação.-----

A outra pergunta prende-se com o seguinte: a CDU tomou conhecimento, localmente, na freguesia Quiaios, da construção de um muro, levado a cabo no posto de serviços da GNR na praia de Quiaios, dado que o muro foi demolido, a sua construção devia ou não ser de acordo com os alinhamentos existentes na zona, a



Avenida e Rua Dr. Manuel Bento, de acordo com as normas municipais, a pergunta é, se no licenciamento desta construção caso exista, foi tida em consideração esta questão, se não foi porquê?"-----

JOÃO CARRONDA, interveio dizendo: "queria felicitar a câmara municipal, pela sua colaboração que deu no pelouro da educação, pela forma como decorreu a abertura do ano lectivo. Já o ano passado tive o ensejo de dizer aqui, na assembleia e manifestar essa satisfação, este ano também o quero aqui manifestar. Foi um concelho que penso que não teve problemas, pelo menos não foram tão visíveis quanto isso, e sem dúvida que a participação da câmara e de algumas juntas de freguesia e a DREC também contribuíram com os agrupamentos, para esse bom início de ano escolar.-----

Em relação à reivindicação de novas vias, abertura de novas vias, enfim e as dificuldades de transito que há nalguns lugares. Apostava com quem quisesse aqui na Assembleia que o maior ponto de congestionamento de trânsito que nós temos no nosso concelho não sempre, mas frequentes vezes é o acesso à vidreira da Fontela. Temos uma situação de grande estrangulamento, filas de camiões com risco de circulação. As pessoas têm algum cuidado, viaturas de urgências, muitas das vezes ficam bloqueadas. Estamos perante um problema seríssimo, e volto a dizer, não acredito que no concelho exista uma situação daquelas, dado que os camiões, se for preciso, estão ali parados horas, à espera para poderem entrar na unidade, fazerem os seus carregamentos e a sua expedição, e portanto tudo isso trás ali situações de tráfego muito complicadas.-----

Em Vila Verde, um dos graves problemas que existe, é que não tem alternativas de circulação, retirando Vale Murta e a entrada pela Fontela, qualquer carro pesado não entra por outro lado, sendo que vale Murta existe o perigo de aluimento, já o referi à câmara.-----

Também ouço falar na vala das Abadias, é uma zona de veraneio, é uma zona turística, é uma zona que tem que se ter algum cuidado. Mas muito provavelmente muitas das pessoas não circularão para Vila Verde e não andarão no comboio. Porque aquilo que nós temos na Fontela, temos lá uma estação de tratamento de águas residuais, o comboio quando pára ali é melhor que pare e arranque logo. Isto já foi manifestado à câmara, já foi manifestado às Águas da Figueira, mas sinceramente vala das Abadias se é má, se é degradante, aliás se é um motivo de grande preocupação, também é a ETAR da Fontela, acontece que é uma freguesia que não é tão circulada quanto isso, é mais por aqueles que andam por lá, e muita



das vezes aquilo cai no esquecimento.-----
É muito mau, quem visita a Figueira da Foz e vem de comboio, parar ali naquele sitio, para além da questão da segurança, dado que, em tempo já lá aconteceram acidentes e pelo menos um, com alguma gravidade, que poderia ter trazido complicações às pessoas que ali trabalham à volta.-----

Queria, não digo que em defesa da honra, mas pôr aqui uma questão que, em 30 de Junho de 2010, na Assembleia Municipal decorreu, quando se levantou a questão da criação da comissão de acompanhamento do parque desportivo de Buarcos, defendi que a tomada de posição por alguns elementos desta assembleia ou pela própria bancadas ou até individualmente, faria algum sentido, porque algumas das vezes teriam vindo coisas à Assembleia que não estariam dentro dos tramites legais e depois teve que se proceder à reversão dessas decisões, precisamente pela ilegalidade das decisões tomadas.-----

Na altura, e isso consta da acta de 30 de Junho de 2010, foi-me dito, pelo Sr. presidente e, com toda a boa intenção, de certeza que não se lembrava de que algumas dessas situações tivessem passado. Posso dizer que na acta nº 6 da sessão de 20 de Dezembro de 2007, o ponto 2.8 diz, reversão de todas as decisões da Câmara Municipal sobre a Alteração do Regime do Terreno correspondente à "Viela" que faz parte da Urbanização Sotto Mayor, tinha aqui ocorrido uma situação que tinha sido mais tarde despoletada em reunião do executivo, que não estaria legal, mas já tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal daí que, algum cuidado possa fazer sentido naquilo que, apesar de ter passado pelo crivo do executivo venha a esta Assembleia Municipal."-----

GÓIS MOÇO, interveio dizendo: "para responder ao Sr. deputado da CDU e, muito especificamente em relação ao problema da vala das Abadias. O parque das Abadias é uma área que nos é particularmente grata, nós achamos que aquilo pode e deve ser o mini-central parque da cidade, o actual executivo tem feito muito, no sentido de melhorar as condições de limpeza da cidade, muito mais se pode fazer ainda.-----

Ao Sr. deputado da CDU queria dizer o seguinte: o problema da vala, não é um problema que se resolva com terapia. Isto é, curando de tratar dos efeitos, das consequências, em relação à vala das Abadias, que é um problema que nos preocupa de sobremaneira, tem que se fazer profilaxia, aquele problema é um problema que já se verifica há muitos anos, os anteriores executivos investiram verbas algo significativas que foram nitidamente deitadas ao lixo, perdoe-me a expressão,



aquele revestimento muito bonito de pedras dos taludes da vala, têm estado sucessivamente a ser limpo, a ser extraído cada vez que se faz uma limpeza da vala. Portanto aquilo exige uma intervenção de fundo, tem que ser tratada por quem de direito, por pessoas especialistas na área, umas das hipóteses, já falei com pessoas que conhecem da poda e, uma das hipóteses é fazer ali uma mini-central de tratamento de esgotos, outra hipótese é fazer um filtro, outra hipótese é utilizar plantas que combatam a poluição, porque há de facto ali um problema sério, pessoalmente estou convencido que há ali um conjunto de situações que armazenam águas negras e, que periodicamente abrem as torneiras e as descarregam sobre a vala. Já estive com o responsável das Águas da Figueira, que é quem tem que responder por estas questões de saneamento no local a tratar do assunto. Depois de ter feito uma inspecção a toda a vala, não consegui detectar descargas anómalas, mas é um facto de que elas existem. Ficou combinado que, da próxima vez, que se verifique uma situação dessas, o engenheiro responsável das Águas da Figueira vai ao local comigo para ver a proveniência dessas descargas, para ver se conseguimos estamponá-las e dar alguns passos da resolução do problema.”-----

VÍTOR MADALENO, interveio dizendo: “penso que o Sr. deputado Baião anda um pouco distraído, porque para quem apresenta sobre aquela zona uma série de reclamações e ainda não se apercebeu que, se deu início ao centro escolar de Tavadrede/São Julião, exactamente no início da vala da Abadias, penso que no mínimo andaré um pouco distraído e quando vem aqui perguntar qual é ponto de situação sobre os centros escolares projectados para o concelho.”-----

Quero também aproveitar para agradecer ao executivo, o empenhamento, em conjunto com algumas das juntas de freguesia, pela maneira como se iniciou este ano escolar e principalmente pela maneira como os equipamentos se apresentaram no início do ano escolar.”-----

FILIPE DIAS, interveio dizendo: “em nome da comissão organizadora da FINDAGRIM 2010, Feira Industrial e Agrícola de Maiorca, quero agradecer o voto de louvor que foi atribuído, em reunião ordinária de 24 de Agosto, quero também agradecer o apoio prestado pelas juntas de freguesias de Tavadrede, de Buarcos, das Alhadas e da Ferreira, e dizer que todos os concelhos têm uma feira industrial e comercial e porque não avançarmos em dia 3 a 7 de Agosto com estas juntas de freguesia e com as outras que também se poderão envolver neste projecto e fazermos uma grande FINDARIM em 2011, que certamente irá projectar o nosso



concelho."-----

ANTÓNIO PEDROSA, disse o seguinte: "há um aspecto, relacionado com o interesse do município, que tem a ver com a questão do alargamento dos horários de funcionamento dos centros comerciais. Em virtude da situação, que se começa a construir sobre a possibilidade dos municípios, se pronunciarem sobre o alargamento dos estabelecimentos comerciais, gostava de alertar o Sr. Presidente da Câmara e todo o executivo, que não basta abrir a página da internet para as populações darem a sua opinião, parece-me redutor, acho que nesta questão é preciso coragem e tomar decisões que vão de encontro ao interesse das populações, mesmo que as minorias não queiram. Não sou a favor nem sou contra, não tenho uma opinião concreta sobre este assunto, acho que o facto de se ouvir as instituições que representam os interesses comerciais, empresariais nomeadamente na área do comércio, mas é difícil ouvir os interesses de sessenta mil pessoas. Porque não há uma instituição que os represente, e a instituição que os representa é o Sr. Presidente da Câmara. E é difícil chegar a todos portanto a única recomendação que lhe faço, apesar de ter manifestada a vontade e a disponibilidade para ouvir todos os interessados nesta questão, é que o faça da forma mais alargada possível. Porque nem todos têm acesso às tecnologias que lhe permitem dar a sua opinião. Não sei qual é a solução que vai encontrar para fazer isso, mas não empurre o assunto com a barriguinha para a frente, nem fuja das suas responsabilidades, você foi eleito para decidir, não foi eleito para passar a responsabilidade de decisão aos outros.-----

Relativamente a outro aspecto, ainda relacionado com o interesse do município, que é alertar para uma notícia que me deixou preocupado. Hoje, no Diário de Coimbra, relativamente à possibilidade de encerramento de cursos técnico profissionais na Escola Bernardino Machado. Tenho particular carinho por estes assuntos, porque penso que a Figueira da Foz tem uma lacuna na área da formação de quadros médios e de técnicos especializados, nomeadamente em assuntos que interessam ao desenvolvimento empresarial do concelho. Não quero dizer com isto que, técnicos de barmen, cozinheiros, técnicos de turismo, técnicos de serviço e técnicos de notariado não sejam importantes, mas fico muito preocupado quando ouço falar do fim de cursos como técnicos de manutenção industrial, electrónica, mecânica etc., nós podemos ser uma cidade virada para o mar, podemos estar a apostar no turismo das ondas e do vento, mas não podemos perder a orientação do facto de termos um tecido industrial com alguma dimensão, recordo que as dez



maiores empresas do distrito de Coimbra ou da região centro estão na Figueira da Foz, e não me refiro às duas principais unidades papelarias, refiro-me sim ao potencial de empregabilidade que um técnico de mecânica pode ter com equivalência ao 12º ano e que um técnico de apoio jurídico pode ter. E o Sr. presidente sabe muito bem do que estou a falar e nomeadamente o Sr. vereador Carlos Monteiro tem bastante sensibilidade para esta questão das saídas profissionais. Se a câmara municipal for a tempo de, em virtude das notícias que saíram pelo facto de serem agora anunciadas obra na escola secundária Dr. Bernardino Machado, advantar-se a possibilidade desses cursos poderem acabar, alertava o executivo para estar atento a esta questão e, não permitia que estes cursos terminassem no concelho da Figueira da Foz. É uma machada de morte para aquilo que as empresas pretendem que, não criando muito emprego, sempre que o criam procuram técnicos e procuram profissionais.-----

E o último assunto que é interesse do concelho, tem a ver com a segurança. Não vou fazer demagogia política nem barulho, nem vou fazer aqui um número, algumas pessoas gostam de fazer números com a questão da segurança, a verdade é que desde a última vez que se falou de segurança no nosso concelho a situação agravou-se, há inúmeros relatos de situações de assaltos a residências e pequenos estabelecimentos comerciais e, não fazendo aqui nenhum número nem enaltecendo qualquer tipo de postura de vereadores ou de deputados, ou seja do que for, queria alertar para o facto de a segurança não ser uma questão de apreciação subjectiva, neste momento é bastante objectiva, há um problema de segurança na Figueira da Foz e nós não podemos fechar os olhos a esta situação. Recomendo ao executivo municipal, que sei que já tomou algumas diligências junto das forças de segurança, nomeadamente a PSP mas que, equacione no futuro a possibilidade de recorrer a outro tipo de medidas, que não passarão só por chamar o comandante da PSP, ou só por ir à esquadra da PSP. Há problemas estruturais relacionados com a crise económica, com o desemprego, que obrigam, a equacionar ter a videovigilância em alguns locais mais críticos do município, não falando só concretamente na zona urbana."-----

JOSÉ ELÍSIO, interveio dizendo: "subscrevo integralmente as preocupações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, no que respeita à complicação que é e, às dificuldades que tem o acesso a Vila Verde e à Vidreira.----- Também julgo que a principal dificuldade e complicação, resulta do local onde está a Vidreira. Parece-me que era tempo de iniciar uma negociação, que possa



envolver a junta, a câmara, a assembleia e a empresa, no sentido de encontrar uma alternativa de localização da Vidreira."-----

ISABEL SOUSA, interveio dizendo: "na sequência daquilo que o Sr. deputado António Pedrosa disse, relativamente à Escola Bernardino Machado, considero que se devem, de facto, tentar, com todos os esforços, manter aqueles cursos, porque "nem todos podem ser doutores" e sabemos que esses cursos vocacionam as pessoas para o mercado de trabalho e muitos alunos procuram esses cursos, precisamente porque não têm interesse em ir para a universidade. Não podemos deixar que aconteça o fecho desses cursos, tanto mais que a Escola Bernardino Machado, possui na parte traseira, oficinas extraordinariamente bem equipadas, ou seja, houve de facto um investimento e seria uma pena que aquilo fosse desaproveitado."-----

JOÃO TOMÉ, interveio dizendo: "acho muito bem que todos nós tenhamos preocupações locais, olhemos para as nossas preocupações e para as suas necessidades, mas volto de novo a insistir, nós temos que olhar para o futuro e, olhar para o futuro é olhar para a planificação que é necessário fazer a nível global, porque não podemos estar a planificar educação sem planificar saúde, sem planificar o que é que temos ou o que é que iremos ter de indústrias e quais as vias de comunicação e de escoamento que essas indústrias têm de ter, tudo isto de uma forma integrada, porque senão vamos continuar a tapar buracos, não vamos encontrar solução."-----

LÍDIO LOPES, disse o seguinte: "só para fazer um registo, no sentido positivo do que disse o Sr. deputado Pedrosa relativamente às questões da segurança, dar a nota de que eu próprio participei da construção de um protocolo, entre a câmara municipal e a Polícia de Segurança Pública, que municia o Sr. Presidente da Câmara com informação privilegiada relativamente às questões da segurança, e é uma informação tão privilegiada que é individualizada ou seja, o Sr. Presidente da Câmara recebe essa informação e tratará essa informação como entender, não sendo divulgada por razão de segurança. Portanto essa informação existe e estou convencido que o Sr. Presidente da Câmara tem noção dos números e daquilo que é a vida do cidadão comum no concelho da Figueira da Foz."-----

É igualmente verdade que muitas das ocorrências não são participadas à Polícia de Segurança Pública, são sabidas, algumas até noticiadas nos jornais e não são participadas. E por isso não existem."-----

A questão que se coloca aqui é também reforçar a proposta deixada pelos



vereadores do PSD, que ao Sr. deputado Pedrosa não custava nada ter feito a nota, de que foi feita e foi aprovada.”-----

NUNO BISCAIA, disse o seguinte: “duas breves notas, uma relativamente à intervenção do deputado Tomé do BE, dizendo que estamos totalmente de acordo com aquilo que ele disse, e de facto o que disse vem ao encontro da politica deste executivo, não é despicienda o facto de, finalmente, neste momento se estar a encetar um plano estratégico para o desenvolvimento do concelho. Finalmente, pela primeira vez, a Figueira da Foz vai ter um plano estratégico de desenvolvimento e agradeça isto, Sr. Deputado, a este executivo.-----

Quanto à segurança não me vou pronunciar, possivelmente o Sr. presidente terá algo a dizer sobre isto, nós apenas dizemos que não queremos propostas alarmistas e não queremos que a Figueira se promova à custa da violência.”-----

ANTÓNIO BAIÃO, disse o seguinte: “pedi a palavra para apresentar uma moção à assembleia, que tem a ver com o centenário da república. Inicialmente fiz o contacto com as diversas bancadas que, por ser uma moção que faz uma resenha histórica, (documento que constitui o anexo número três à presente acta).”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo intervenções, coloco de seguida à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a moção sobre o Centenário da República.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “tenho um pedido, por parte do Sr. Presidente da Câmara, para a inclusão de um ponto na nossa ordem de trabalhos, que é a seguinte: “proposta de Alteração do Mapa de pessoal da Câmara municipal da Figueira da Foz, referente ao ano de 2010 - Criação de posto de trabalho de Assistente Operacional”, passando o mesmo a constar na nossa ordem de trabalhos como ponto 5.2.A, alguém tem algum intervenção a fazer? Assim sendo coloco a inclusão do ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a inclusão do ponto 5.2.A - Proposta de Alteração do Mapa de pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz, referente ao ano de 2010 - Criação de posto de trabalho de Assistente Operacional.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO

4.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL



PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “vou dar resposta a algumas questões que foram suscitadas, incluem-se nos pontos que pretendia abordar, outras registei e darei notas sumárias, no fim de contas houve aqui uma intimação à câmara. Portanto em termos de informação dar nota da presença da Sr.^a Ministra do Ambiente na Figueira da Foz, para assinalar a semana da mobilidade. De facto apresentámos um projecto que preenchia todos os pressupostos de abordagem que nos foram sugeridos pelo Ministério do Ambiente, e a Sr.^a Ministra fez o favor de nos visitar, onde também teve a oportunidade de se inteirar, mais uma vez, das questões de ordem ambiental que estão pendentes no seu Ministério.-----

Tivemos também, recentemente, a presença do Sr. Secretário de Estado do Turismo para a comemoração do dia mundial do turismo, e como é do vosso conhecimento, eu aproveitei a oportunidade para fazer um apelo, em nome da região e, para fazer um desafio aquilo que é a nossa ambição, que será a abertura da Base Aérea de Monte Real ao tráfego civil.-----

É mais um objectivo a tratar no tempo, mais a mais com o anúncio destas últimas medidas, porventura ficará comprometido, todavia vale a pena insistir, para criar uma dinâmica da nossa região e em particular do nosso concelho.-----

No que diz respeito à questão do turismo, gostava de dar nota de alguns dados que foram colhidos, no que se refere ao balanço de 2010. Fizemos uma apreciação, houve uma recolha de dados referente ao período de 1 de Junho a 15 de Setembro e verificámos, que há, de facto, um acréscimo na taxa de ocupação, dados colhidos segundo o instituto nacional de estatística e divulgadas pelo seu relatório. A zona centro registou cerca de 4,6% e, em termos de proveitos efectivos, teve um aumento de 5,1%, esta tendência foi confirmada no que diz respeito às unidades hoteleiras da Figueira da Foz que, respondendo ao nosso apelo assinalaram que, o número de dormidas referente ao mês de Julho foi compensado com bastante relevância no mês de Agosto, 6% de aumento em Agosto, 10% de aumento em Setembro.-----

Comparando o período homólogo, podemos dizer que em relação a Julho ocorreram aqui várias operações no ano de 2009 que registaram um movimento fictício, nomeadamente as obras levadas a cabo pela Celbi, pela Central de Lares e pela Soporcel.-----

Perguntámos à CIBS qual tinha sido o movimento e regista-se que houve um aumento significativo das caixas de multibanco no mês de Julho, cerca de 14% e em Agosto cerca 13%, quando comparados com períodos homólogos de 2009. Segundo os dados da



CIBS, em ambos os meses Julho e Agosto de 2010, o montante de levantamentos no nosso concelho foi superior a trinta milhões de euros.-----

Há um aumento, também relevante, nas portagens que servem a Figueira da Foz, no mês de Julho, na casa de 1,5% em relação a 2009, no que respeita a A1 a saída de Pombal, verificou-se em Julho de 2010 um aumento de cerca de 3% em relação a 2009. Finalmente na A17 na saída da Marinha das Ondas e Quiaios verificou-se, em Julho de 2010, um aumento de cerca de 20% em relação a Julho de 2009 e em Julho de 2010 um aumento de cerca de 10% relativamente a 2009.-----

Registámos também com agrado um aumento de visitas nos nossos equipamentos municipais, em particular no núcleo museológico, no ecomuseu do sal e núcleo museológico do sal, relativamente também a períodos homólogos, um aumento de cerca de 5%.-----

O aumento do número de visitantes no Casino, bem como do movimento de jogos, em particular neste mês de Setembro, se bem que, também para os meses de Junho e Julho houve um aumento na casa de 4% a 5%.-----

Portanto estamos convencidos que a estratégia definida em termos turísticos, interpretada pela câmara, quer pela Figueira Grande Turismo entidades parceiras contribuiu para os dados que agora são conhecidos.-----

Para além de uma aposta no número maior de eventos em comparação com os do período homólogo, 82 dias de acções em comparação com os 47 de acções de 2009, tendo um quadro rigor de despesa, foi ainda possível levar a cabo um conjunto de eventos que permitiram divulgar a Figueira da Foz além fronteiras, e trazer à nossa região centenas de milhares de pessoas.-----

Destaque em particular o evento X-Terra Portugal wordtour, o europeu de rugby da praia e o mundial de surf WKS seis estrelas.-----

Há também algum impacto a registar, da pista de remo de Montemor-o-Velho. Foram também por essas razões crescentes, o número de pessoas que aqui ocorreram, como foram evidentes algumas peças jornalísticas de algum interesse, nomeadamente na televisão e na internet.-----

Isto permite, uma base de trabalho para reavaliar a pretendência realizada no quadro da promoção de turismo e dos produtos nacionais da Figueira e de algumas iniciativas e eventos cuja relação/custo será obrigatoriamente equacionada. Por isso estes dados, vêm confirmar o prognóstico positivo, realizado pelo executivo camarário em Junho deste ano, aquando da apresentação de verão e confirmar que a estratégia definida, permitiu alcançar no essencial os



resultados a que nos propusemos.-----

Por outro lado, não quisemos responder, sem ter dados objectivos, estes dados desmentem por completo recentes declarações vindas a publico por parte de algumas pessoas, com a responsabilidade na promoção da imagem da Figueira da Foz enquanto destino turístico, segundo as quais a animação levada a cabo teria falhado, não permitindo a fixação das pessoas na Figueira da Foz, sem contudo apresentarem qualquer dado técnico que fundamentasse tal opinião.-----

Portanto, o actual executivo irá prosseguir com a sua estratégia dentro de uma rigorosa gestão de dinheiros públicos, consolidando e projectando a imagem da Figueira da Foz como produto um turístico impar, no quadro do turismo responsável e sustentável e sabendo transformar as novas tendências em grandes oportunidades. Para tal, contará com a imprescindível criatividade, inovação e forte cumprimento de todos os figueirenses e de todos os que queiram investir no concelho.-----

Dar nota, de um balanço final do verão, fundamentado e estribado em dados objectivos e não em meras especulações com o registo destes dados dar também resposta a algumas vozes que não contribuíram para a melhor imagem da nossa cidade.-----

Neste âmbito, destaco, em particular, o balanço do Lusitaves Figueira PRÓ 2010, teve um enorme sucesso, foi o primeiro ano de evento, há cerca de 8 anos que não ocorria no nosso concelho, segundo os dados da organização, passaram por ali cerca de vinte e cinco mil pessoas e ao longo do evento foram registadas cerca de trezentas mil consultas na internet.-----

O nosso objectivo é dinamizar o turismo, não tanto virado para os eventos em si, mas pegar nos eventos e tomá-los como alavanca para fundamentar e sustentar uma estância para a prática da modalidade. Trabalhando sempre neste conceito, vamos ver se não perdemos esta onda de aceitação e acolhimento, com esta justificação poderemos, junto das entidades, conseguir os meios necessários à fixação da estância para a prática de certos comportamentos.-----

A abertura dos hipermercados ao domingo, já lançamos o processo de auscultação das entidades envolvidas, a ACIFF por um lado, as grandes superfícies também são partes interessadas por outro, as associações de comerciantes e o site. O site não será propriamente o meio que cubra todo o processo de auscultação que é necessário, mas faço aqui um desafio também aos senhores deputados que nos remetam, as suas opiniões, deixando alguma abertura do meu gabinete para, se



assim o entenderem, trocamos algumas opiniões sobre este tema. A abordagem que fizemos sobre o assunto, junto da câmara municipal, mereceu da parte de todos os seus vereadores alguma necessidade de terem algum conforto para poderem decidir não pela sua forma ou pela maneira como abordam a questão, mas para fazerem uma interpretação dos dados objectivos que se possam colher.-----

Depois de colhidos estes dados, iremos fazer uma reflexão descomplexada deste assunto. Temos, a consciência de que isto é um problema da câmara e deve ser decidido pela câmara. Podemos partilhar opiniões, mas temos que assumir as nossas responsabilidades. E também temos que atender à realidade do município e tentar, através dos dados objectivos saber se estamos a decidir de acordo com a vontade da maior parte do número de munícipes.-----

Dar conhecimento à Assembleia Municipal, que como Presidente da Câmara Municipal fui eleito para Presidente da Comunidade dos Centros de Saúde do Baixo Mondego, isto é uma relação partilhada com Montemor e Soure. Já lancei um desafio aos presidentes de Montemor e de Soure, no sentido de procurar, através deste conselho de comunidade, rentabilizar alguns custos que são assumidos pelas nossas autarquias. A nossa percentagem em termos do agrupamento é cerca de 45 a 51% dos efectivos disponíveis, em termos de centros de saúde desta área. Portanto, acabamos por ser dominante, mas mesmo assim convém partilhar algumas preocupações com os concelhos limítrofes.-----

Em relação à Estrada Nacional 109, foi um problema aqui suscitado, temos uma audiência pendente com o Sr. Secretário dos Transportes, não tanto para a abordagem das duas faixas de rodagem com quatro vias, mas na perspectiva de satisfazer algumas pretensões que já vinham detrás, nomeadamente que foram suscitadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, para criar nós e eixos de segurança. Somos mais modestos, nas nossas pretensões, mas vamos começar por discutir ou por dar continuidade àquilo que já foi um projecto anunciado, de rever todos os nós da Estrada nacional 109 que atravessa o nosso concelho, em particular dois em Lavos, no acesso à Costa de Lavos e outro mais à frente no acesso às celuloses e depois também a questão do Alto de Brenha e mais à frente também a questão do acesso a Quiaios. Temos estes quatro elencados, para uma abordagem conjunta com o Sr. Secretário de Estado.-----

Em relação à ligação a Vila Verde, compreendemos as preocupações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, vamos tentar envolver a Vidreira na solução deste problema e também no que diz respeito à ETAR de Vila Verde, é uma questão



que está e deverá ser abordada por nós junto das Águas da Figueira.-----
Em relação ao muro de Quiaios foi outra das questões aqui suscitada, quanto à questão de Vila Verde, abordaram também a questão do protocolo, dar nota que já estabelecemos o protocolo com a REFER, com vista à extinção das PN, das passagens de nível. Neste tempo de restrição orçamental, não sei que conclusões são que isto possa ter.-----

Em relação ao muro de Quiaios, referir que o muro de Quiaios não é licenciado por ser uma obra do âmbito de uma instituição pública, neste caso a Guarda Nacional Republicana, não tem que ser licenciado pela câmara, mas todavia, acho que um acompanhamento dos serviços de urbanismo poderão ser oportunos para apontar numa melhor solução.-----

Quanto à Escola Bernardino Machado, questão pertinente aqui suscitada, nós temos uma audiência que já foi pedida, que esteve marcada na semana passada mas que foi transferida para o dia 13 de Outubro de manhã, com o Sr. secretário de Estado da Educação para lhe dar nota de que abdicamos de ter um pólo de ensino técnico no nosso concelho. E dando registo que este concelho, pela sua natureza, está fortemente industrializado e preenche todos os sectores tecnológicos, da área industrial e portanto para além de termos a perda do ensino superior, vamos por um lado chamar a atenção do Sr. Secretário de Estado, que este pode ser um nicho dominante em termos de acções de formação. E para além disso, embora ainda numa fase embrionária, já com diligencias efectuadas, estamos em vias de concretizar um protocolo com o Instituto Politécnico de Coimbra no sentido de que seja ministrado, na nossa cidade, os cursos de especialização tecnológica que sejam pertinentes para todas as áreas industriais e as da agro-indústria, há até a questão da robótica, há a questão das papeleiras, como é óbvio em toda a sua abrangência uma série de vertentes que podem ser de facto preenchidas pelos cursos de especialização tecnológica ou seja, eles estão a ser ministrados em Coimbra, precisam uma aproximação pratica e de inserção no tecido industrial e há a percepção do Instituto Politécnico que o nosso concelho detém condições óptimas para que aqui sejam também ministrados alguns dos cursos.-----

Para além disso, tentaria chamar à atenção ao Sr. Secretário de Estado, que sendo este o nosso objectivo, faz todo o sentido a manutenção de uma escola de formação técnica, que depois poderá ter continuidade nestes cursos de especialização tecnológica já de um grau superior, isto é um principio de conversa, não vale a pena dizer quantos cursos é que vamos abrir, qual é o leque



de alunos que pretendemos abranger, pretendemos sim é responder a essa preocupação levantada pelo deputado António Pedrosa, no sentido de articular a Escola Bernardino Machado com o Instituto Politécnico.-----

No que diz respeito à segurança, chamar só a atenção dos senhores deputados em dois aspectos muito particulares, primeiro a questão da videovigilância, é uma questão que está regulamentada e que está sujeita à verificação de alguns pressupostos para que possa ser activado. Quando foi um acontecimento recente, aqui na Rua da Republica, tentámos fazer o levantamento dos casos registados e verificámos que foi um caso único, o que não justificou depois, perante o Secretário de Estado, Dalila, reportando o que tinha acontecido, ela pôs algumas reservas à possibilidade de instalação videovigilância, como medida de segurança assumida pela Ministério da Administração Interna, a outra está sujeita também à comissão de protecção de dados e ao quebra-cabeças muito difícil. Mas estamos atentos, registamos sempre e acompanhamos as questões da segurança.-----

Em relação aos relatórios, estou por dentro das cifras e dos conhecimentos, quer as cifras negras, quer as comunicações e as denúncias efectivas. Em termos de denúncias, já tive a oportunidade de referir que as denúncias que foram efectuadas no mês de Agosto são inferiores às verificadas no mês de Abril, as ocorrências de distúrbios são muito centralizadas no Bairro Novo, a maior parte delas são ligadas ao consumo excessivo de álcool e aos horários de prática dos estabelecimentos. O vereador António Tavares já se encontra a preparar a revisão de um plano de horário de funcionamento dos estabelecimentos de diversão. Estes desacatos, muitas vezes não conferem a dignidade criminal para serem tratados como fenómenos de segurança. São mais problemas que têm a ver com a concentração massiva de cidadãos em ambientes de euforia.-----

Quero também dar nota que, segundo o ultimo relatório do Ministério da Administração Interna, há uma baixa em 13% do crime violento. E que o nosso concelho continua a ter cifras muito abaixo da média nacional.-----

Em relação ao programa de 5 de Outubro, temos a inauguração da exposição Rostos da Republica no Museu Municipal Santos Rocha, às 18h, uma exposição de letras, cores, ideias e autores da republica, também da direcção regional do livro na biblioteca municipal Pedro Fernandes Tomás, o concerto comemorativo pela filarmónica dos Carvalhais, no Centro de Artes e Espectáculos, às 17 horas e, no dia 7 de Outubro temos um encontro com o escritor José Fanha, no auditório municipal. No dia 8 de Outubro, uma tertúlia com o professor Fernando Rosas, no



dia 22 de Outubro, uma tertúlia com o professor Dr. José Luís Cardoso subordinada ao tempo do republicanismo e economia, e ainda no dia 11 de Novembro uma quinta de leitura, num encontro com Francisco Moita Flores na biblioteca municipal Pedro Fernandes Tomás.”-----

VEREADOR CARLOS MONTEIRO, interveio dizendo: “numa resposta directa à questão colocada, relativamente aos mega agrupamentos, porque os agrupamentos já existem, nós quando as notícias começaram a sair na comunicação social fizemos as diligências necessárias para acompanhar o processo, foi-nos dito que o concelho da Figueira da Foz não estaria previsto nenhuma alteração para o ano lectivo 2010/2011. Na reunião que vamos ter com o Sr. Secretário de Estado, vamos saber se já existe alguma notícia relativamente a isso.-----

Depois queria reconhecer aquilo que foi relativamente ao início do ano lectivo, mas valorizar muito o trabalho que todos os Presidentes da Junta de Freguesia tiveram. O início do ano lectivo é sempre uma tarefa difícil, o trabalho que todos os presidentes de junta tiveram, foi um trabalho grandioso de grande colaboração e evidencia, que cada vez mais nós valorizamos a educação e volta a ser evidente que, mais educação melhor e mais emprego. Num País com poucos recursos Humanos é importante que todos estejamos a pensar desta maneira.-----
Deixe-me só dar uma última nota, relativamente às comemorações do 5 de Outubro todo este ano lectivo, as escolas do concelho Figueira da Foz tiveram actividades de enriquecimento curricular relativamente a esta comemoração. Existe um texto, que considero fabuloso, feito por um jovem figueirense, Xavier Rodrigues que concluiu o 12º ano com 19,45 de média, que pretende repor o texto que terá ocorrido em 5 de Outubro de 1910, porque não existe registo desse texto.”-----

MANUEL DOMINGUES, interveio dizendo: “o Sr. Presidente da Câmara divulgou os números, números são números. Mas gostava de questionar um ou dois pontos. O Parque de Campismo Municipal ao longo dos últimos anos tem perdido ocupação a olhos vistos, o que aconteceu este ano. Este ano foi mais drástico, porque houve problemas a nível de vigilância, consta-se que só houve um vigilante nocturno, como é que é possível um parque daqueles que normalmente tinha cinco a seis vigilantes nocturnos, neste ano teve só um. A piscina estava aberta sem nadador, como é que é possível um equipamento naquele local sem nadador salvador. E também como é que é possível um parque daqueles apresentar o nível de limpeza que apresenta. Basta passar o veículo pelo lado do Jumbo e verificar a limpeza



que aquele parque de campismo apresenta. Sr. presidente o que pretende fazer com aquilo? Não sei se as clausulas contemplam isto, mas se não está a ser cumprido minimamente o que foi contratado, só há uma solução, é fazer como se fez na Piscina do Mar.-----

Tenho uma certa duvida, que as praias da Figueira, mais movimentadas, tenham todas elas nadador salvador, e algumas criticas, porque de um lado há nadador salvador, há um espaço que não tem e depois volta a ter, nomeadamente em São Pedro, penso que isto acontece lá.-----

E também ainda sobre a Figueira Pró, acho que é um evento de louvar, mas penso que o investimento que lá foi feito merecia que, durante a tarde e ao fim da tarde, fossem desenvolvidas mais actividades para se tentar rentabilizar aquele espaço, que por acaso estava de grande qualidade, mas depois passava as ondas e aquilo automaticamente fechava. Penso que se poderia avançar com mais algo para aquele local."-----

CARLOS SANTOS, disse o seguinte: "no seguimento das palavras do Dr. Carlos Monteiro prestar uma informação, penso que é importante, relativamente ao texto escrito pelo aluno Xavier, que irá servir de suporte à representação da implementação da republica no próximo dia 5 de Outubro, no Palácio Sotto Maior numa parceria da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho com o Casino da Figueira, e desde já ficam todos convidados para estar presente às 11h40m."-----

ANTÓNIO BAIÃO, disse o seguinte: "primeiro para agradecer a explicação que foi feita, realmente eu reformulei mal a pergunta, quando falei em agrupamentos escolares, estava mesmo a querer falar sobre a questão dos mega-agrupamentos. Mas já fiquei esclarecido, vamos aguardar depois a informação.-----

Em relação à questão da animação turística, a animação de verão da cidade, julgo, quando falei desta situação, os números que o Sr. presidente nos transmitiu aqui são extremamente importantes, tinha conhecimento deles, não gosto de fazer valor disto, mas vou dizê-lo, sou membro da Comissão de Região de Turismo do Centro e presidente do Sindicato de Hotelaria do Centro, acompanho, sei os números, vou aos hotéis, sei que em Agosto estiveram muitas filas, não foi só o Sporting, tiveram todos muitas filas, é bastante importante para a cidade, quando estava a falar da animação, deve ser pela característica que eu próprio tenho, pensava e estava a falar da animação das nossas gentes, dos nossos grupos folclóricos, era dessa animação que estava a falar, não era da animação que é comprada a pacote, que acho que está melhor comprada agora,



porque está mais acessível a todos, inclusive os espectáculos no CAE que são mais acessíveis para toda a população.”-----

CARLOS SIMÃO, interveio dizendo: “concordo em tudo que aqui o Sr. Presidente da Câmara falou sobre a questão da Lusiaves Figueira Pró 2010, e já agora, aproveito para enaltecer o grande esforço da câmara municipal da Figueira da Foz, da empresa Figueira Grande Turismo, de todos os patrocinadores e da organização, e muito particularmente o empenho do Sr. Presidente da Câmara, que acreditou, lutou, e conseguiu trazer de volta à Figueira da Foz a prova rainha do surf, proporcionando à Figueira da Foz e à freguesia de São Pedro um grande destaque no mês de Setembro.”-----

NOGUEIRA SANTOS, disse o seguinte: “não é que eu não vi referencia nenhuma à informação financeira do município, de maneira que pensei que estava reservado para algum ponto especial, mas entretanto aproveito, mais uma vez, para referir a qualidade da informação, que nos é disponibilizada embora, muita das vezes um pouco em cima da hora. De qualquer forma, tinha aqui três ou quatro notas, no fundo, são de alguma maneira recorrentes, porque a informação financeira vai saindo mês a mês, e entretanto infelizmente, para todos, penso que o executivo também comunga disso, não se vêem melhorias nenhuma àquilo que era esperado. Em primeiro lugar, não sei se isto mexe ou não mexe com o POCAL e, portanto é uma forma de apresentação da própria estrutura de contas obrigatórias do sistema contabilístico das autarquias, mas de facto a apresentação de receitas cobradas e despesas pagas pode conduzir a interpretações absolutamente erradas. Porque, de facto, dizem os princípios contabilísticos, que as receitas devem ser contabilizadas quando são efectivamente cobradas, e aí estamos todos de acordo. Agora as despesas pagas não dão conclusões que este ano pagámos menos despesa que no ano anterior, não nos quer dizer nada, quer dizer que estamos a ser mais caloteiros, porque acabámos pura e simplesmente por fazer despesa e não a pagámos e portanto estamos a fazer “um brilharete”, sendo que a despesa efectiva pode ser maior.-----

Cingindo-me aos quadros que são apresentados, tenho sempre como referencial o seguinte: o ano de 2009, não é um ano de exemplo em termos da despesa, não é definitivamente, nós pegamos nas despesas desde 2005 até 2009 e verificamos que 2009 foi um ano de eleições, e conseqüentemente dizemos que estamos com doze milhões de euros abaixo na despesa paga, abaixo do que aquilo que se verificou em 2009, relativamente a isso diz-me pouco, até porque ainda por cima aparecem



aqueles dez milhões para a liquidação das despesas aos fornecedores.-----
Há aqui um facto que é absolutamente claro, a despesa, a receita está estruturalmente a diminuir e não é nenhuma, qualquer tipo de coisa que nos espante, porque de facto a actividade económica, a Derrama das empresas, os IMI's, os IMT's, a actividade está parada. Perdoem-me esta antecipação, mas só espero, no tão afamado plano de saneamento financeiro que nos vão apresentar, que não venha mais uma ideia, um pouco fantasiosa, de colocarem a receita a crescer, porque de facto não vale a pena fazermos esses exercícios de carácter académico, se de facto queremos analisar a situação do concelho em termos rigorosos. Portanto, ela está estruturalmente a cair, tendencialmente não vai subir e vamos respeitar isso e vamos fazer de facto as coisas com pés e cabeça.-
Relativamente à execução orçamental, estamos com 26% na receita e 24% na despesa. Naquelas criticas que fizemos ao orçamento, estão aqui espelhadas mais uma vez, vamos ver se de facto no próximo orçamento. Não vale a pena continuar a insistir neste erro, que se vem acumulando ano após ano.-----
Relativamente à dívida, não tenho mais nada a acrescentar, acho que a análise que a câmara faz, relativamente à dívida e à situação em que está, não nos deixa de maneira nenhuma tranquilos e ao mesmo tempo ouvindo ainda ontem, mais uma vez, o que é que o Estado vai fazer relativamente às transferências para as autarquias e para os serviços, nós podemos ficar um pouco preocupados, como é que a câmara vai gerir e como é que vai conseguir arranjar verbas para tantas carências que o concelho tem."-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: "registo as preocupações que o deputado Nogueira Santos apresentou, efectivamente também é uma constatação de facto, há uma quebra da receita, em períodos homólogos temos que entrar com o PRED, altera um pouco a análise, no que diz respeito ao pagamento de despesas, mas o único dado positivo que registei é que ainda assim continuamos com um decréscimo de menos 30% nas despesas correntes, nos custos são aquelas em que podemos ser pró-activos, em que podemos intervir. Quanto ao orçamento, tudo vai depender dos dados do saneamento financeiro, dos dados que entretanto já recolhemos da auditoria, da experiencia da execução deste orçamento. Mas nós pretendíamos fugir a este modelo em que arrastamos connosco a dívida e depois acabamos por criar um orçamento fictício. É também nosso objectivo, aproximarmos o orçamento tão próximo da realidade quanto a análise contabilística, nos possa permitir.---
Estamos atentos, em relação à questão do Parque de Campismo, à questão da



piscina e a questão do nadador salvador, é uma obrigação do concessionário, como é também em relação a todas as praias. Levámos a cabo, salvo erro, em Quiaios, porque não havia concessionário e porque havia todo o interesse turístico nisto e então contratámos um nadador salvador.”-----

VEREADORA ISABEL CARDOSO, interveio dizendo: “Sr. deputado Dr. Nogueira Santos, já expliquei acho que n ultima assembleia, que a contabilidade orçamental e o POCAL exigem a apresentação dos quadros e não pode ser com base na contabilidade orçamental, que nós possamos fazer uma análise do que está a acontecer. Porque a contabilidade orçamental trás, dos exercícios anteriores, acrescentados a divida, e os pagamentos são pagamentos referentes tanto ao ano corrente como aos anos anteriores.-----

Cada vez mais, vai ser exigida às câmaras que a contabilidade seja patrimonial como nas empresas. O quadro quinze, que tem a estrutura de custos e proveitos, esse sim pode-lhe dar uma ideia clara do esforço, que o executivo tem feito, no sentido dos cortes, que em Abril era na ordem dos 35% e que agora em Julho, reportados já com todo o primeiro semestre foi na ordem dos 30%. Ou seja, estamos a inverter um pouco a tendência, íamos com 35% a menos, agora vamos com 30%, foi o verão e as férias que foram um pouco mais caras, não conseguimos poupar tanto. Esse quadro, se o Sr. deputado tiver a oportunidade e deve ter tido a oportunidade de o apreciar, eu pedi para ser introduzida uma coluna para as variações serem comparadas em relação ao de 2009, por considerar precisamente o ano de 2010 atípico.-----

Atípico de quem governa os dinheiros públicos, porque devia ser um exercício económico igual aos outros. Mas, 2008, disse que temos uma comparação 2010/2009 e temos uma comparação 2010/2008, para nos permitir fazer uma leitura menos enviesada possível, aqui sim, nestas rubricas que não chamaria despesas correntes e que há pessoas que não gostam de ouvir dizer que são despesas de funcionamento mas, na realidade são despesas, tendo em conta o conjunto de custos que, em termos contabilísticos e da contabilidade publica, contribuem para o exercício da actividade municipal durante o ano de 2010. Porque com a contabilidade orçamental, eu dou-lhe um exemplo claro, quando nós dizemos na primeira página que, as receitas de capital diminuíram em 2009, foram 29% e em 2010, no primeiro semestre, estão 7%, se o Sr. Dr. aqui deduzir o financiamento do PRED, que entra como receita de capital, estamos a falara de 5,6%. Portanto esta análise é enviesada, vamos à patrimonial que é a que interessa e são 30% a



menos.-----
Em relação às receitas, ela de facto está estruturalmente a diminuir, mas conjunturalmente também ainda vai diminuir e temos aqui uma preocupação acrescida nos fluxos, porque a câmara municipal já devia ter recebido a totalidade da derrama e até a esta data, o Estado ainda não nos entregou a derrama. E os cortes anunciados ontem, pelo Sr. Ministro das Finanças, preocupam-nos muitíssimo, porque se vai reflectir nas transferências da Administração Central para a Administração local.-----

Em relação ao Plano de Saneamento da receita a crescer, ela poderá ser apresentada no seu conjunto mas tem que ser vista discriminadamente nos agregados, porque o IMI pode crescer, mas a derrama pode descer ou vice-versa, portanto a tendência pode ter que ser de crescimento no estudo para cobrir algumas despesas não estou a falar do orçamental, estou a falar em termos reais, não quer dizer que seja, porque ela nalgumas outras componentes cresce, mas de facto globalmente a receita vem a diminuir e cada vez se torna uma componente mais rígida em termos de manipulação para obtenção de recursos para o desenvolvimento do concelho.”-----

NOGUEIRA SANTOS, disse o seguinte: “quero-lhe agradecer os esclarecimentos que, foram perfeitamente adequados e apropriados. O que não deixo é de referir e, nota-se um esforço no sentido da câmara, e está aqui espelhado, reduzir a despesa e tem que a reduzir, o problema todo é se de facto é a suficiência ou insuficiência disso, porque também aqui neste relatório e, muito bem, se refere que de facto apesar desta redução toda, como a receita também está a cair e depois ainda aparece aqui na página final, na página 8 do relatório, se diz abertamente que devido ao excesso de endividamento, a câmara tem que amortizar este ano um milhão trezentos e trinta e seis mil euros de dividas. Há aqui situações que vão para além da exploração corrente, todo este esforço é de louvar. A única coisa que refiro é que a minha função, é dizer, ainda é pouco.”-

5 - APRECIÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO CONFINANTE COM A RUA D. AFONSO IV - BUARCOS - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE 24 DE SETEMBRO DE 2009

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 6 de Julho de 2010.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “alguém quer dizer alguma coisa



sobre este tema? Não havendo coloco de imediato à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, nos termos da alínea b) do n.º 4 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, revogar a deliberação da Assembleia Municipal, tomada em sessão de 24 de Setembro de 2009, ponto 2.6, relativa à desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com área de 17,35m², confinante com a Rua D. Afonso IV, freguesia de Buarcos, a confrontar do lado Norte com Sandra Maria Gil Cruz, do Sul com a Rua D. Afonso IV, do Nascente com o terreno de particulares e do Poente com ALTADIS - Construção e Gestão Imobiliária, S.A.-----

5.2 - CLUBE UNIÃO BRENHENSE - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 24 de Agosto de 2010.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “alguém quer dizer alguma coisa sobre este tema? Não havendo coloco de imediato à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de isenção do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis ao Clube União Brenhense.-----

5.2.A - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ, REFERENTE AO ANO DE 2010 - CRIAÇÃO DE POSTO DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL - EXTRA-AGENDA

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 24 de Agosto de 2010.-----

ANTÓNIO BAIÃO, interveio dizendo: “é só para satisfazer uma dúvida, vou votar favoravelmente mas era só para perceber, estes serviços não fizeram falta nesta ausência deste trabalhador, não houve ninguém a substituí-lo. Este serviço de projecção esteve parado, não fez falta?”-----

VEREADORA ISABEL CARDOSO, interveio dizendo: “foi substituído por uma pessoa em contrato de regime de avença que entretanto acabou. E pediu regresso à câmara, não se fez nova avença e está-se a incorporar este trabalhador.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo mais intervenções ponho o ponto à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º



5-A/2002 de 11 de Janeiro, e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, aprovar a alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz, referente ao ano de 2010 - criação de um posto de trabalho de Assistente Operacional.-----

5.3 - INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 21 de Setembro de 2010.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “quero dar conta à Assembleia de algumas notas essenciais, dando mais algum conteúdo, porque acho que o preambulo do regulamento e as notas introdutórias justificativas do inicio do procedimento para a instalação das unidades necessárias à orgânica dos nossos serviços, são suficientemente justificativas.-----

Contudo convém dar alguns acrescentos. Esta é uma obrigatoriedade de uma nova organização dos serviços das autarquias, proveniente do Decreto-lei nº 305/2009 de 23 de Outubro, que nos obriga a reformular os serviços, necessariamente até 31 de Dezembro de 2010. Por se reconhecer que há uma desactualização dos serviços autárquicos face aos desafios que lhe são colocados. Foi a própria Assembleia da Republica a reconhecer essa necessidade e portanto, abriu aqui um meio de as autarquias procederem às suas próprias reestruturações orgânicas. A substituição da estrutura orgânica ainda vigente, que remonta ainda de 2004 e que tem vindo a revelar-se desajustada às necessidades sentidas pelo município, na persecução das cada vez mais atribuições, fruto de sucessivas alterações legislativas. Efectivamente os municípios nos últimos anos vêem sido acometidos de várias tarefas e de várias transferências de poder para além de que face ao desafio dos fundos estruturais, cada vez se exige maior exigência técnica das autarquias e a politica de financiamento passa pela laboração e apresentação atempada de bons projectos.-----

Se me permite eu abordaria o ponto 5.3, 5.4 sem embargo depois das votações parcelares, porque eles se complementam e se cruzam um com o outro.-----

Já tinha abordado a razão justificativa, fazendo uma breve análise da estrutura vigente, e dar nota dos cuidados que tivemos para a elaboração da presente proposta. Ela resulta dos contributos dados por diversas entidades, a Associação Nacional de Municípios, o IGAL, a frequência dos nossos quadros técnicos nalgumas acções de formação para o efeito e na percepção prévia dos vários



partidos que compõem a câmara municipal e na auscultação de todos os funcionários da câmara municipal. Portanto, tem como objectivos principais proceder à modernização da administração municipal, criando uma estrutura orgânica mais flexível, alinhada com o referencial estratégico do município, com o aumento da eficácia externa e da eficiência dos serviços e uma melhoria qualitativa dos serviços prestados aos cidadãos.-----

Nesta parte tenta cumprir aqueles que são os verdadeiros objectivos do próprio diploma de enquadramento.-----

Pretendemos apostar nas pessoas, racionalizar os recursos, otimizar os processos através da sua simplificação e racionalização, redução dos desperdícios, eliminação de conflitos com complicações, interferências e sobreposições e com acção orientada para a satisfação das necessidades do concelho e dos seus cidadãos. Obviamente no concelho, na definição não só no atendimento administrativo, como na sua orientação estratégica.-----

A melhoria das condições do exercício da missão, das funções, atribuições da autarquia local, assim como, da competência dos seus órgãos e serviços radicam na diminuição das estruturas e dos níveis decisórios, evitando a dispersão de funções ou competências por pequenas unidades orgânicas e no recurso a modelos flexíveis de funcionamento, em função dos objectivos do pessoal e das tecnologias disponíveis, ou seja, com simplificação, racionalização e reengenharia dos processos administrativos.-----

Assim propõe-se e destaca-se a diminuição do número de departamentos municipais, de cinco para quatro. A diminuição do número de divisões de dezassete para doze. A diminuição dos encargos orçamentados para departamentos e divisões em dezasseis mil e cinquenta e seis euros por mês. A criação de um cargo de direcção intermédio de terceiro grau e este, obviamente, acresce despesa, existindo nove serviços com este tipo de dirigentes, representando um acréscimo de dezoito mil euros por mês. Atrás conseguimos diminuir dezasseis mil euros, aqui acrescentamos dezoito mil euros. E constituindo uma forma de premiar o desempenho de funcionários que exerçam funções de maior responsabilidade, essenciais para os objectivos estratégicos do município, exemplos as anteriores divisões administrativas existentes no departamento de urbanismo e no departamento de obras municipais, passam a serviços liderados por dirigentes intermédios de terceiro grau, reflectindo assim, a intenção da autarquia de executar uma gestão financeira equilibrada ao diminuir os encargos com as



chefias e de conferir vital importância à modernização administrativa.-----
A criação de um serviço de atendimento ao munícipe, constituirá uma primeira imagem da câmara municipal eficaz, eficiente, funcionando como um balcão multi-serviços. A criação de um serviço de informática de tecnologias, a que designamos TIC, tecnologias informação e comunicação, o qual passa a agregar o gabinete de SIG municipal, até agora no urbanismo. Passa a constituir, um verdadeiro instrumento de planeamento estratégico de toda a actividade municipal. A criação do serviço de contabilidade, para dar maior ênfase à diminuição da despesa e de um serviço de taxas e licenças que possa potenciar a maximização da receita. Criação de três serviços de âmbito da divisão jurídica, um na vertente da assessoria jurídica, tu-cour, onde há grandes défices, um na vertente da fiscalização, para a articulação imediata, com os serviços de fiscalização e outra na vertente da contratação publica, que é uma matéria extremamente delicada e que exige uma alta especialização.-----
Verificámos que, em vários processos, a ausência da competência jurídica interna cabal, acarretou consideráveis prejuízos para a câmara municipal, nomeadamente no Parque Desportivo de Buarcos ou no dossier da AGANE ou nos protocolos com empresas municipais, ou nos protocolos de contratação de funcionários ou mais, poderia elencar uma série de medidas que foram tomadas, que não preencheram os requisitos legais e que hoje penalizam, fortemente, a câmara municipal. Neste momento, nós precisamos de uma divisão jurídica, com estes três serviços, e por isso apresentamos também esta proposta no sentido da consagração dos serviços.--
Criação de duas equipas multidisciplinares, constituída exclusivamente por os recursos internos da câmara, com conhecimentos em diversas áreas do saber e com incidência diferenciada em duas áreas, que achamos que são estrategicamente importantes, primeiro uma equipa encarregue do planeamento estratégico e do ordenamento do território, nomeadamente colaborando na elaboração de um plano estratégico para o concelho e da revisão do PDM e nos fundos comunitários. A revisão de um plano estratégico para o concelho e a revisão do PDM estão fundidos no mesmo objectivo e há necessidade de serem abordados pela mesma equipa, e na questão dos fundos comunitários para a dimensão do nosso concelho já justifica que haja uma equipa encarregue da sua apreciação. E até de criar alguma pró-actividade no sentido da melhor exploração de todos os financiamentos que nesse domínio vão surgindo.-----
Uma equipa encarregue da gestão de diversos projectos estruturantes e



potenciadores do desenvolvimento municipal, bem como o apoio ao investidor, ao turismo e às juntas de freguesia.-----

Estas, são face à realidade do concelho e àquilo que permite a lei do enquadramento, aquelas equipas que nós achamos que devem ser constituídas para a satisfação integral dos nossos objectivos.-----

Uma criação de uma divisão de ambiente, no departamento de urbanismo, acentuado a importância das sinergias nas duas áreas e, constituindo um contributo essencial para a criação de um concelho ambientalmente sustentável, para o que estamos a iniciar a elaboração da agenda 21 local.-----

Fusão da divisão de obras e serviços municipais numa única divisão, no sentido de potenciar uma maior rentabilização dos recursos existentes, assim possibilitando a afectação casuística de mais meios, consoante a maior premência em termos de obras ou em termos de serviços municipais. Atribuição de maior número de competências ao departamento dos assuntos sociais, com a integração eventual da matéria de habitação e à divisão da cultura, com a gestão técnica e administrativa do CAE, a ficar sobre a sua alçada directa, dando assim maior ênfase às preocupações sociais da câmara municipal.-----

Criação de uma divisão que agrega as matérias jurídicas e de contratação pública, reforçando a importância do controle da qualidade, nomeadamente salvaguardando a guarda do interesse público e da livre concorrência em todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços. Aqui fundimos também num só serviço tudo o que tenha a ver com contratação pública.-----

Autonomização da divisão de auditoria, isto também é pelo imperativo legal. Aliás, com o qual já nos comprometemos no plano de combate à corrupção. E criação de um regulamento específico para esta divisão, reforçando os mecanismos de controle interno em matéria de qualidade de serviços prestados da prevenção dos riscos de corrupção, infracções conexas. Temos aqui um meio de monitorização dos serviços e até de alguma facilidade, depois na criação de objectivos e no cumprimento integral do SIADAP.-----

O modelo proposto, no quadro de reestruturação orgânica da câmara municipal da Figueira da Foz, procura dentro das fortes condicionantes financeiras que atravessamos, constituir um primeiro passo para a implementação de uma nova cultura de serviço público municipal, centrado na celeridade dos procedimentos e direccionado para os munícipes.-----

Importa ainda salientar que, com este diploma, pretendemos também apresentar um



despacho complementar, onde seja definido o regime de acumulação de serviço para os quadros dirigentes, porque a lei dos vínculos também foi alterada neste domínio. Em breves palavras estas são as linhas essenciais do nosso projecto que agora apresentamos à Assembleia.”-----

ANTÓNIO PEDROSA, interveio dizendo: “penso que este 5.3, 5.4 quase podiam ser votados juntos, mas isso deixo à consideração da Mesa. Uma coisa é o início do procedimento, admito, outra coisa é a proposta concreta. Mas vou falar neste ponto, sobre aquilo que poderia eventualmente também falar mais à frente.-----
Esta reestruturação orgânica, só peca por ser tardia. Já lá vai um ano e, estávamos todos à espera, eu percebo, todos nós percebemos. Mas a verdade, é que há questões, no âmbito da responsabilidade politica e, a acreditar no conjunto de informações, notícias, indícios e outras questões paralelas, que revelam que, provavelmente, esta é a melhor altura para fazerem a reestruturação orgânica. Porque se no fundo se toda a área jurídica ou de investigação judicial não entra para aqui, a responsabilidade politica dela, devem ser retiradas algumas consequências, depois de fazer esta reestruturação. Porque no fundo, as palavras que o Sr. Presidente da Câmara nos vende, são as palavras daquilo que, normalmente, no meio empresarial chamamos de consultes eficácia, optimização de recursos, sinergias, optimização, mas no fundo não está nada aqui quantificado. A única quantificação que aqui vimos é aquelas que os vereadores da oposição apresentaram, que isto vai custar mais setenta e dois mil euros num ano. É uma questão que deixo no ar, não sei se é verdade, se é mentira. No entanto, tenho aqui algumas dúvidas, eu acho que há gente a mais na câmara municipal, e não é muito popular dizer isto. Todos nós sabemos que na Administração Publica, muito dificilmente conseguimos dispensar serviços. De qualquer forma já que os temos, vamos pô-los motivados e alegres, se conseguirmos estas duas coisas é fantástico, a trabalhar e a aumentar a produtividade da câmara. Não vejo uma única linha nesta proposta, muito bem escrita e muito bem estruturada, confesso, em que haja uma quantificação do aumento da produtividade, uma quantificação da redução dos recursos que estão desperdiçados, portanto admito que não se saiba quantos são. A única quantificação que encontro é uma quantificação de euros, é os salários, não é? Admito até, que seria fácil de dizer nesta proposta que, vamos adequar, por exemplo, a força de trabalho da câmara municipal às solicitações que vão surgindo. Aliás como o Sr. vereador Daniel Santos disse, admito que nas obras municipais ou até no departamento de licenciamento de



urbanismo, não haja tantas solicitações como havia há cinco anos. Então o que é que se faz às pessoas? Vamos fazer como os anteriores executivos, que entregaram às empresas privadas a concessão, por exemplo, a limpeza de resíduos sólidos urbanos e as limpezas dos espaços verdes, mas vamos manter as pessoas? É uma questão. É inevitável, temos que manter as pessoas.-----

Uma reestruturação de serviços desculpem-me o termo, 100% bem feita, seria uma reestruturação de serviços que também tivesse não só estas palavras que o Sr. Presidente da Câmara nos disse, de apostar nas pessoas, de apostar em meia dúzia de aspectos, que têm que ver com o actualizar e alinhar com o referencial estratégico, aumentar a eficácia e a eficiência dos serviços, clarificar a missão, delinear a visão. Mas a verdade é esta, o Sr. presidente e o executivo não nos conseguem demonstrar, nesta Assembleia Municipal que, este é um modelo que vai funcionar, porque está a partir de uma base que é X e vai atingir uma base que é X+1, aumento de eficácia, aumento da produtividade, redução de custos contexto, redução de custos variáveis, não há uma quantificação. Isto não é uma crítica isto é uma constatação, quer dizer acho que falo em nome da bancada do Movimento Figueira 100%, peço por tardia, como já disse, isto é um acto de gestão, é da vossa responsabilidade não vamos agora criticar. Admitimos é que esta decisão pode é não ser compatível com o esforço de saneamento financeiro que está a ser feito, acreditando nos números que li, daí peço algum esclarecimento, nomeadamente reduz-se os departamentos, reduz-se as divisões, mas no fundo aumenta setenta e dois mil euros ao ano. É um pouco esse esclarecimento que, em primeiro lugar peço.-----

Para terminar, dizer-lhe o seguinte admito que estas equipas criem sinergias e reduzam custos, e nomeadamente que evitem situações de constrangimento futuros, no que diz respeito à falta de cuidado ou de algum rigor nestes aspectos mais jurídicos ou que tragam até melhorias na defesa e na salvaguarda dos interesses do município.-----

Mas não ouvi, em lado nenhum, quantos avançados é que tem a câmara municipal da Figueira da Foz. Gostava que o Sr. Presidente da Câmara disse-se, quantos avançados encontrou na câmara e quantos avançados tem agora a câmara municipal. Não estou com isto, a querer criticar o recurso aos serviços externos.-----

Por ultimo, convidar este executivo a consultar, também, organogramas de outras câmaras municipais. As câmaras municipais vizinhas têm tantos ou mais desafios que nós, porque não têm praia, serra, mar e rio, e têm estruturas muito mais



reduzidas. Diga-me que isto é uma primeira fase, e que vocês não vão desistir e que isto não fica por aqui.-----

Partindo do princípio que concordamos com a reestruturação, as suas respostas poderão condicionar o sentido de voto desta bancada, simplesmente porque não são quantificáveis, não estão “compatíveis” com o saneamento financeiro que a câmara quer fazer, apesar do objectivo ser extraordinariamente nobre.”-----

LÍDIO LOPES, disse o seguinte: “em relação ao ponto, li com atenção a acta da reunião de câmara, e os documentos distribuídos e, estou perfeitamente de acordo, acho um caso clássico da normalidade administrativa, haver dois pontos agendados numa reunião de câmara com título completamente distinto e com o “ipsis verbis” do copy paste integral do texto. Ou seja, alguma coisa está mal e, não acredito que as pessoas na reunião de câmara tenham repetido tal qual um ponto e no outro. Acho que se tinha resolvido isto com um ponto único, como estamos agora a fazer, estamos a discutir os dois no mesmo. E nesse contexto, sublinho o conceito deixado pelos vereadores do PSD e obviamente por nós defendido, quanto à inteira legitimidade do executivo, de quem está a fazer a gestão, na opção de que pretende levar por diante de organização dos serviços, por parte deste executivo camarário, cumprindo a lei. Reforço no entanto essa preocupação que, deixaram os vereadores, no que toca aos encargos que esta reorganização conduz.-----

Os tempos são de facto sublinhado por todos, de contenção e os custos são uma enorme preocupação, mas hoje recebemos uma alteração, que não foi aprovada em reunião de câmara, de onde deve consubstanciar-se nesta assembleia, como uma proposta externa de alteração a um documento. Porque o documento que foi aprovado na reunião de câmara, pelo menos o que me foi distribuído, não tinha como valor de vencimento 75%, tinha 80% e não tinha como percentagem o valor de 30%, tinha outro valor no artigo 25. Se porventura foi aprovado na reunião de câmara, como hoje nos foi mandada a alteração, o que disse não tem sentido, teria sentido mandarem o documento correcto logo à partida.-----

Ora bem, eu gostava de tentar ser muito claro, para que se perceba uma questão, o que é dito e, na altura, até sublinhado pelo Sr. Presidente da Câmara que o afirmou, é que esta reorganização dos serviços provoca um aumento de seis mil euros mês, é referido na acta da câmara, tal qual esse valor. E em boa verdade, o presidente respondeu que esta estrutura, tal qual está configurada, poderá implicar um acréscimo de mais seis mil euros mensais. Logo, à partida, este



valor de acréscimo de mais seis mil euros mensais não é simpático, atendendo a que reestruturação que sempre foi feita em tempo útil, quando um executivo toma posse da gestão da câmara, foi feita no tempo do Dr. Santana Lopes, foi feita depois a seguir no tempo do Eng. Duarte Silva e obviamente que todos esperavam uma reestruturação da câmara, no tempo do Dr. Ataíde. E portanto ela aqui está, o que houve sempre a preocupação na do Dr. Pedro Santana Lopes e na do Eng. Duarte Silva e, esperava-se que houvesse agora essa reestruturação não produzisse um aumento dos custos em relação ao pessoal. Gostava que todos pensassem tal qual assim. Existem, de facto, na câmara, cinco departamentos e passa a quatro, sublinho para que toda a gente fique já a saber, porque toda a gente leu o mesmo que eu li. Que no momento em que isto é publicado, todas as chefias caem e, a câmara terá de provocar concursos externos para a ocupação de lugares, de onde todos os funcionários que, hoje na câmara ocupam lugares de chefia, regressam ao seu lugar de origem, ou seja, o seu vencimento terá de ser pago na câmara, pelo valor da sua categoria profissional. Significa isso que, com a reforma, no pior dos cenários, entrarão dezasseis novos funcionários para a câmara, a não ser que me expliquem que, um concurso externo pode concorrer uma pessoa de Vila Real de Santo António e espero que não o façam, se vai instrumentalizar para ganhar uma pessoa que está a trabalhar na câmara municipal. Como isso não vai acontecer, em tese os dezasseis concursos provocam dezasseis novos lugares, na pior das hipóteses.----- Significa isso, por exemplo, que nenhum dos actuais concorre, ou todos os que são actuais concorrem mas não ganham o concurso, entram dezasseis novas pessoas para a câmara. Isso ficou esclarecido, em relação aos chefes dos serviços, ou como aqui é determinado, chefes de serviços, em que o concurso é interno, ou seja, o funcionário sendo da câmara municipal continua na câmara municipal, pelo exercício de uma função, deixa de se pagar o seu vencimento anterior, obviamente aqui também havendo um custo, porque nenhum na câmara recebe este valor, vai receber mais pelo exercício desta função, do que recebe actualmente. Ou seja há aqui um custo acrescido para a câmara municipal. Focando agora, nos dezasseis, é fácil perceber que a câmara em tese, na construção do orçamento, vai ter de produzir a cautela, naquilo que é a rubrica do pessoal, de que todos aqueles que estão em exercício de funções, regressem à sua função anterior. E que todos os concursos que vão ser abertos, vão possibilitar a entrada de dezasseis novos funcionários, ou seja cinco para chefes de departamento e doze para chefes de



divisão, isto é um custo de treze mil, quinhentos e cinquenta e três euros mais trinta e quatro mil oitocentos e trinta euros, ou seja é um aumento nesta circunstância de, cerca de cinquenta mil euros por mês, em tese, se tudo correr como pode acontecer, que é ganharem dezasseis pessoas que não integram os quadros da câmara. Não vou falar, nem de equipa multidisciplinar, nem dos chefes de serviço, porque estes nove lugares, como o Sr. Presidente da Câmara referiu sendo novos, obviamente, a crescer aos custos tendo eu feito e, na altura, a Sr.^a vereadora na câmara, permiti-me validar as contas por uma questão de hoje se acertar a contabilidade, as contas para aquilo que tínhamos hoje, soubemos que são menos uns trocos, ou seja, tinha feito contas, de que isto aumenta vinte e três mil, hoje soubemos que são só dezoito mil, que seja em função desta alteração que recebemos hoje por e-mail. O custo e o que importa reflectir é só nisto, por isso é que estou a tentar ser claro, o custo com a estrutura dirigente da câmara municipal, após esta reforma por mês, se eu lhe tirar aqui cinco, são setenta e cinco mil euros, e já estou a retirar os cinco mil euros que abateram nestes nove dirigentes. O custo anterior, ou seja, os cinco directores de departamento, dezassete chefes de divisão, mais o da protecção civil, que também estou a acresce-lo na contabilidade dos setenta e cinco mil euros por mês, dá sessenta e nove mil euros, ou seja, o tal número dos seis mil euros por mês de aumento, aparece agora clarificado, naquilo que é sessenta e nove para setenta e cinco, são seis mil euros. Portanto está demonstrado que, seis mil euros, seria se todos os dirigentes da câmara municipal concorressem para aquele lugar e todos ocupassem de novo, o lugar que estavam a ocupar agora, de chefes de divisão e de directores de departamento. Mas como isso não vai acontecer, os seis mil euros podem-se converter no ano inteiro, considerando que os dezasseis entram de novo, em duzentos e trinta e sete mil euros a mais. Ou seja, são a absorção dos funcionários, que hoje exercem funções de cargos de chefia, e que estão no quadro da câmara e que regressam ao lugar de origem e que passam a vencer por esse vencimento, e o número de dezasseis, que entra de novo, e que tem aquele vencimento novo e esse é uma realidade, não estou a quantificar agora os chefes de serviço, que podem ter um vencimento de mil e quinhentos euros e que passam aqui para dois mil e tal euros, nem sequer estou a contabilizar isso. É evidente que os custos anunciados, pelo executivo, de aumento e confessados de seis mil euros, não são de facto seis mil euros, é daquelas matérias, que hoje, estando todos nós aqui a discutir, se irá



facilmente demonstrar no futuro, quando esta reforma entrar em vigor.-----
Há outra matéria que importa sublinhar, é a de que, no projecto de regulamento de organização dos serviços, a página 24 faz a explicação da estrutura nuclear no artigo 26º, e refere a estrutura da câmara municipal, naquilo que tem a ver com as suas divisões, com os departamentos e com estas novas equipas e esquece-se, tanto nesta como na distribuída à imprensa, como no documento lido de início, em relação à câmara, aqueles que são referidos na página 53 e 55, que são exactamente os referidos pelo Sr. presidente da câmara, do atendimento ao munícipe que é um serviço que tem um chefe de serviços e ficou claro que não são sete, como inicialmente foi referido, mas são nove e o serviço de informática e TIC que devem constar do artigo 26, na estrutura nuclear e não constam, fica em causa e em crise, como é que aparecem lá à frente, porque é um índice, o artigo 26º de tudo o que está para a frente desse artigo o que pensávamos era que tudo aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse e, com o qual, em tese, nós concordamos, no que tem a ver com a gestão de uma câmara municipal, e que foi referido pelo deputado anterior da eficiência, da eficácia, da rentabilização dos serviços, da optimização da rentabilidade do bem estar e da satisfação dos funcionários, no exercício das suas funções etc., tudo isso nós estamos perfeitamente de acordo, o que nós não concordamos, é que se queira passar a imagem de que isto vais ser mais barato, essa é definitivamente não aceitável, ou de que isto só vai produzir seis mil euros, não vai. Vai produzir muito mais e, quando começarem a construir o orçamento, é obvio que a preocupação de quem o fizer, na rubrica do pessoal, vai ter de contabilizar, o regresso ao quadro, de todos os que são do quadro e a contratação de novos que neste caso são dezasseis.-----

Sr. Presidente da Câmara, não excluindo que qualquer um de nós ainda possa intervir sobre esta matéria, nós vamos, em relação a este documento, subscrever a votação dos vereadores e vamo-nos abster."-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: "são três questões pertinentes e que não abordei na apresentação do documento, porque não era necessário, mas agora foram suscitadas e justifica-se. Os concursos são obrigatórios, não se pode fazer reestruturação orgânica nos quadros dirigentes sem abrir os concursos, e parece que esse cuidado, não esteve presente quando em 2004 fez um organigrama amplo, previsto com muitas divisões e, com muitos quadros dirigentes e ai já não havia questão orçamental, quadros dirigentes que até nem foram preenchidos,



policias municipais que foram previstas. Isto é um risco de quem tem que fazer estas reestruturações orgânicas. Mas parece que esse não foi o seu cuidado em 2004, ai já não havia problemas.-----

Quanto à despesa, reconheci-o em reunião de câmara, não há aqui preocupação de esconder, já justifiquei porque é que estas chefias de terceiro grau ou de grau intermédio pode rentabilizar e agilizar os serviços, por exemplo, pontualmente onde é que entram, é no Gabinete de Atendimento ao Município, porque precisamos de revitalizar aquele serviço, porque queremos apostar naquele serviço. É na divisão jurídica, pelas dificuldades que já referi, é na questão do SIG porque queremos revitalizar o SIG e queremos que o SIG seja transversal a toda a câmara e é necessário esta chefia intermédia. É óbvio que isto implica, como já o disse, um aumento de despesas de seis mil euros. Mas é compensado, nós também não queremos ultrapassar o orçamento, até porque temos obrigações muito sérias a esse nível, no projecto de saneamento financeiro. Mas é seguramente compensado pelo que está previsto, ou seja, que fique claro é que uma coisa é a despesa orçamentada, a despesa comprometida, e outra é a despesa efectiva. Ora em termos de departamentos e divisões, verifica-se uma diminuição nos encargos orçamentados em dezasseis mil euros, porquanto o número diminuiu de cinco para quatro e o número de divisões de dezassete para doze. Em termos de cargos de direcção intermédia, há efectivamente nove serviços que representam um acréscimo, em cerca de dezoito mil euros. Portanto estamos de acordo, seis mil quatrocentos e quarenta e quatro euros a mais, mas que está justificado, porque quando estão a criar unidades orgânicas encarregues do apoio, por exemplo, às juntas de freguesia, à captação de investimento nacional e estrangeiro, e com isto tornar mais pró-activo a actuação do município.-----

Estão-se a criar unidades orgânicas, que assumem algumas das competências, que neste momento, ainda estão entregues às empresas municipais, ao nível do turismo e da habitação. As quais serão objecto de reestruturação a breve prazo.-----

Estão-se a criar unidades orgânicas que irão possibilitar um aumento de eficácia e celeridade dos serviços a prestar, com a vantagem evidente para os municípios, ou para os munícipes.-----

Estão a realizar, uma aposta forte, na multidisciplinaridade nos serviços, e este executivo conseguiu, este ano, uma diminuição dos custos com pessoal em cerca de 4,5% em comparação a 2009.-----

Para além disso, uma diminuição das avenças de onze para oito, e estão



previstas, a reforma ou a aposentação de vinte e sete pessoas. Portanto não há um grande perigo a esse nível, ou seja de que por aqui se vá aumentar a despesa, até porque, já demos sinais de que a estamos a diminuir drasticamente.-----
Quanto à questão dos recursos e da diminuição do número de funcionários e à qualidade e quantidade necessária, tomámos em consideração todos os estudos da divisão de recursos humanos e, para além disso, um estudo externo do departamento de urbanismo, que faz as quantificações e que foi tomado em linha de conta. São as referências que temos, para além de termos ouvido todos os dirigentes, que nos dizem que neste momento não podem prescindir de funcionários. Nós reconhecemos o défice nos recursos humanos, que tem a ver com obras, e aí todos os dias nos são referidos a insuficiência do número existente. Não temos elementos, que nos permitam diminuir o número de funcionários, acresce as razões que já disse, acresce também ainda um aumento significativo das competências da câmara municipal, e parece também que essa preocupação não esteve presente nos sucessivos executivos, quando nós conseguimos finalmente baixar e atingir o número mais baixo de funcionários dos últimos anos. Estas, são de grosso modo, as razões que justificam tomarmos essas opções, para além de que não é suficiente dizer que eram necessários menos funcionários, eu preferia então que me disse-se aonde? Quais? O que é que é dispensável? Dá-me a entender que, segundo a vossa análise, poderia-se prescindir de alguns funcionários existentes.-----

A nossa proposta é minimalista, mas visa assegurar a eficácia e a eficiência essencial dos serviços para os cidadãos, mesmo que isto, seria penalizar o desenvolvimento do nosso concelho. Esta é a proposta que no nosso entender pode satisfazer os verdadeiros objectivos do munícipe, do município e acompanhar a definição da nossa estratégia."-----

JOÃO TOMÉ, interveio dizendo: "chamaria a atenção do seguinte, quando nós vemos, pura e simplesmente, os mapas de pessoal para 2011 e se não lermos as justificações que vêm, o que me parece é que há é mais chefes. Parece uma incongruência de todo o tamanho, não é? Mas não é isso que me preocupa, já entendi as explicações que foram dadas. O que me preocupa, é que, se daqui a uns tempos esses novos chefes vierem a verificar que precisam de assessoria e depois começam a aparecer assessores, mas isso é contratar incompetentes, acho que não é justificável, de maneira nenhuma, há que acautelar essa reestruturação com pessoas realmente competentes, não apenas por currículo, mas por provas dadas.



Pessoalmente, sou muito académico nestas questões, as pessoas devem comprovar, na prática, aquilo que valem, não sei se será possível fazer isso aprioristicamente, será difícil, mas com estas aberturas obrigatórias de concursos, preocupa-me que venha muito mais gente de fora do que aquela que existe cá, o que me parece muito pouco coerente. Mas a seu tempo iremos observar, esperemos que tenha bom sucesso e cá estaremos para ir olhando de vez em quando, para ver se as coisas correm como deve de ser ou não.”-----

ANTÓNIO BAIÃO, disse o seguinte: “em relação à CDU, há uma preocupação acrescida nós temos mais dificuldade, infelizmente a população não nos deu vereador, temos mais dificuldade, porque os documentos chegam-nos mais acima e não temos uma estrutura para poder fazer a análise mais pormenorizada destes documentos. Mas, contudo, fizemos a nossa leitura e na análise possível verificaram que se inclui nesta reestruturação e no organograma proposto a diminuição dos custos. Já verificámos que, não há diminuição efectiva, há aumento por isso, a explicação por aqui seria fácil de dar, mas queria colocar mais algumas dúvidas. Gostaríamos de perguntar, em relação às dezasseis divisões não era possível diminuir? E temos opinião, em relação àquela que é proposta nova em relação à auditoria, falarei a seguir. Mas outra coisa que também não compreendemos é, qual é a proporcionalidade que existe com as unidades orgânicas que depois estão abaixo, em termos da prestação de serviço e também a questão dos serviços que vão executar o trabalho que é planeado. Outra coisa, pelo aquilo que depreendi parece-me, se calhar não percebi bem, são extintas as subunidades orgânicas que, existiam no organograma anterior, se não são de quem é que ficam dependentes? Respondem para com quem? Porque elas não estando aqui nós não sabemos como elas se vão dispor em termos deste organograma.”-----

Por isso, no entender da CDU, julgamos, salvo melhor explicação em contrário, que as alterações propostas podem não espelhar e, julgamos que não espelham, uma vontade de acordo com a necessidade de rentabilizar os recursos e diminuir as despesas, onde realmente elas podem reduzir.”-----

JOSÉ ELÍSIO, disse o seguinte: “analisada esta proposta e, com o funcionamento que tenho do que é o funcionamento da câmara, concluo que ela está bem feita. Revela perspicácia, capacidade de análise e sobretudo capacidade de decidir politicamente, que é aquilo que exijo a quem ocupa cargos de chefia políticos, mesmo correndo o risco, daqui ou ali poder decidir mal, o que é preciso é que se decida. Ao contrário do que aqui foi dito pelo Sr. deputado Pedrosa, acho que



esta proposta não é apresentada tarde e a más horas, pelo contrário, acho que dez ou onze meses para decidir, nesta matéria tão complexa, é um tempo até que se pode considerar pouco.-----

Quanto aos custos, não sei se no fim se implica mais setenta e dois mil euros ou não. Se implicar mais setenta e dois mil euros, acho que é uma importância tão insignificante, que nem adianta falara nela. Mas acho que o importante é o resultado prático desta proposta, isto é, qual vai ser a sua eficácia? E qual vai ser a sua rentabilidade? No fim veremos se, setenta e dois mil euros é uma monstruosidade ou setenta e dois mil euros são nada.-----

Acho que o importante é, o passo seguinte, ou seja, vão ser os protagonistas para lhe dar corpo e eficácia, e aí quero crer que, a câmara está atenta e que também nessa matéria, nos poderá surpreender positivamente.”-----

ANABELA GASPAR, interveio dizendo: “só alguns esclarecimentos, atendendo à experiência do Sr. Lídio Lopes, actual deputado municipal, mas antes vereador, sabe perfeitamente que quando se abrem concursos externos para dirigentes, colocam-se maior parte dos dirigentes que nós temos e não vamos buscar os de fora, primeiro ponto.-----

Sabe que é assim e, não vale a pena estarmos a escamotear. Mais é intenção deste executivo, não fazer contratações externas. E portanto se os departamentos passam de cinco para quatro sobra um, depois nos chefes de divisão vão sobrar mais cinco, vão ser colocados ou têm que concorrer para outro lugar, e vão concorrer para outro lugar. Ou seja, este nível intermédio do chefe de serviço, provavelmente vai ser ocupado por muitos daqueles que estavam num patamar acima, ou seja, a despesa não vai aumentar, até vai diminuir.-----

Além disso, não se tem verificado um aumento do número de funcionários, pelo contrário, têm-se verificado uma diminuição do número de funcionários, porque também se diminuiu o número das avenças, e também forma pessoas para a aposentação.-----

Além disso, estas novas valências, que se estão a criar, é completamente justificado pelas crescentes transferências da administração central para os municípios, não nos podemos esquecer disso.-----

Também como foi dito pelo Sr. presidente, há vinte e sete funcionários em condições de se reformarem até 2010. Isso também abate na despesa. Além disso, gostaria de dizer só uma mais valia, pode até haver um aumento da despesa, mas será que esta relação custo/benefício não apresenta uma mais valia para o



executivo, para os funcionários e até para os próprios munícipes? É a pergunta que deixo.-----

Além disso, leio jornais e, reparei que a Sr.^a vereadora Teresa Machado, necessitou de uma noite para analisar os documentos, a mim não me surpreendeu, que precisa-se de uma noite para analisar os documentos, o que fiquei surpreendida, é que ela disse que, havia uma grande preocupação no que se referia aos constrangimentos financeiros, mas gostaria que ela tivesse apresentado, e dito, onde é que cortaria as despesas neste organograma, uma vez que foi chamada a apresentar soluções.-----

Gostaria de perguntar ao PSD, se eles fossem poder, se nesta altura dispensaria funcionários?"-----

ANTÓNIO PADRÃO, disse o seguinte: "aproveitaria as palavras da Sr.^a deputada Anabela, que pelos vistos possui informação privilegiada, e acabou de nos confessar que se tratam de concursos virtuais. Não vou referir, a qualquer tipo de fantochada, vou-me referir objectivamente e, fazer três ou quatro considerações sobre esta proposta que nos foi apresentada.-----

A primeira questão, é que a legitimidade para reestruturar é indiscutível, é necessária e, diria até, nalguns casos urgente. Agora esta mesma proposta, é financeiramente de banda larga, eu chamaria assim. Ou seja, poderá ter reflexos muito significativos, no aumento de encargos com pessoal, ou seja, quando hoje se debate a extinção e, ontem tivemos a ocasião de ouvir as medidas anunciadas pelo Sr. Primeiro Ministro, quando se debate a extinção de institutos públicos, de cargos dirigentes, a diminuição de salários na função pública, o congelamento das transferências para as autarquias, entre outras. Penso que, seria expectável que este exercício de reorganização orgânica, fosse levado a cabo, de um modo mais restritivo. Ou seja, emagrecendo o cronograma, de modo a que ele não pudesse, potencialmente, atingir um tão significativo aumento de despesa. E as contas são muito simples de fazer, e coloco de parte, as chefias de serviço, e coloco de parte as chefias das equipas multidisciplinares, se porventura o concurso a levar a cabo, não sendo virtual, porque acredito que este concurso, não é virtual e, acredito que não se trate de uma fantochada. Acredito porque a câmara da Figueira, necessitará seguramente também de recrutar pessoas que venham do exterior, isso é indiscutível. É minha opinião.-----

Então as contas, são muito simples de fazer, quatro directores de departamento, 3388€*14 meses, estamos a falar de 190 mil euros, 12 chefes de divisão a



2902€*14 meses, 487 mil euros, ou seja se, no limite estes concursos a levar a cabo, hipótese que também não acredito, se os concursos fossem ganhos por concorrentes de outros pontos do País, estariam aqui em causa 677 mil euros. Mas vamos supor e eu penso que será isso que tendencialmente está a acontecer que, 50% destes cargos serão ocupados por pessoas que vêm de fora. E é bastante plausível que assim aconteça e, provavelmente a câmara até necessita que tal aconteça. Estamos a falar de um investimento, em termos de reestruturação, no valor de 340 mil euros aproximadamente, não estamos a falar dos seis mil euros que o Sr. presidente acabou de referir, estamos a falar de 340 mil euros e, pergunto-lhe se, em sua opinião, este montante é racional? E deixo isso à sua consideração.-----

Por outro lado subscrevo a intervenção do deputado Jorge Pedrosa, porquanto mais flexibilidade, mais qualidade, mais racionalização, mais eficiência, mas de facto o documento não explica, não quantifica, não está aferido, daí não podermos concluir rigorosamente nada. Quando muito, o Sr. presidente poderá dizer-nos que tem muita fé, porque sei que é homem de fé, tem muita fé que estas variáveis se venham a verificar. Claro que, um concurso aberto é um risco, estou de acordo consigo. Que alternativa? A alternativa teria que passar por um certo emagrecimento de cronograma, de modo a que os concursos abertos pudessem ter uma expressão menos significativa relativamente à qual que seguramente poderão vir a ter no peso e nos encargos com o pessoal.”-----

LÍDIO LOPES, disse o seguinte: “só queria sublinhar, em relação àquilo que o Sr. Presidente da Câmara referiu, na sua apresentação porque fez nota e hoje em dia já vai fazendo nota an-passan, do passado desta câmara, porque o passado desta câmara pode ser abordado por um ponto de vista ou por outro ponto de vista, eu dir-lhe-ei que essa revisão de 2004, na qual não participei, porque só fui eleito em 2005, produziu uma diminuição de, um milhão e cem mil euros, nos custos de funcionamento do pessoal entre 2005 e 2006, porque essa de 2004, como é sabido, entrou em funcionamento em 2005. E de 2005 para 2006, quando ela entra em funções, diminuiu custos de pessoal um milhão e cem mil euros, e vão ver se o Sr. Presidente da Câmara, com esta reforma, vai produzir uma diminuição com os custos do pessoal, de alguma coisa que se pareça com este número. Questão número dois, é sabido que, a criação sempre teve custos a criação de uma unidade ainda hoje andamos a pagar esses custos. Quando o Sr. cria nove novos lugares, são obviamente nove novas pessoas a produzir custos. Quando antes, temos vinte e



três dirigentes, vamos passar para vinte e oito dirigentes, significa isto que estamos a tender para, inverter a pirâmide, porque quando me dizem que se vão reformar um conjunto, de quinze, vinte funcionários é cantoneiro, é encarregado do mercado, ou é engenheiro, é chefe de serviços ou é o porteiro do cemitério? É que não dizem quem é que se vai reformar, eu gostava de saber, porque se calhar esses vinte e quatro, que se vão reformar, não ganham um ordenado de um director de departamento. Por acaso, até devem ganhar, porque vinte e quatro de certeza que ganham. Fique expresso em acta, a afirmação da Sr.^a deputada Anabela naquilo que disse relativamente aos concursos.-----

Eu nunca fui vereador do pessoal, nem nunca participei de nenhum concurso, como júri para directores, chefes de divisão, desta casa, e estou à vontade para dizer isto, deve haver responsabilidade do que se afirma. E peço que seja apenso a cada um dos dezasseis concursos externos a afirmação da Sr.^a vereadora, para evitar, neste País inteiro, que gente que tem família não concorra de Vila Real de Santo António à Figueira da Foz, porque o concurso não será para ele, escusa de vir às entrevistas e fazer prova. Porque o que foi dito é grave. E o que foi dito deve ser assumido como uma responsabilidade muito grave.-----

Em relação a essa matéria, já não quero dizer mais nada, a não ser querer o extracto dessa acta para evitar encargos e engulhos a quem, do País inteiro, vem concorrer a este concurso.-----

Quanto a dispensa de funcionários, é dito pelo PSD que, nós não queremos dispensar funcionários. O que nós fizemos e, aquilo que o Estado fez, foi na altura, dispensar alguns dos avençados que haviam na câmara, tentar otimizar os recursos da câmara, acabando com contratos a prazo, mas isso também está a acontecer agora.-----

Uma questão, é gerir o departamento de pessoal com cuidado e com racionalidade, outra coisa é, pura e simplesmente, agarrar num lápis azul e "estes vão-se embora". Não é isso que nós queremos, nem defendemos, agora também não lhes custava nada, até era para nós muito melhor que nos fosse dito, logo de caras, que no limite, em tese é possível produzir um aumento de dezasseis novos funcionários na câmara. É igualmente verdade que, os que actualmente exercem essas funções, regressem ao seu lugar de origem, e esses custos vão-se reflectir nessa rubrica que todos nós agora estamos a falar, que é a do pessoal. Sr. Presidente da Câmara, hoje ouvi dizer duas ou três vezes o mesmo argumento, mas isso fez-me lembrar a renda de bilros, é quando eu não sei para onde é que hei-



de fugir, ando à volta do mesmo sítio com os pauzinhos.-----
A verdade, é que isto aumenta os custos de pessoal. Esta reforma. Não pode ser de outra maneira, em termos de todos os números, é evidente que aumenta de vinte e três, para vinte e oito, evidente. Agora, continuo a dizer, a legitimidade desta reforma é inteiramente deste executivo. A responsabilidade de que dela decorre é deste executivo. Nós, no passado, fizemos duas reformas destas e, ouvimos a mesma afirmação do PS relativamente à legitimidade e relativamente à responsabilidade. E é nessa mesmo registo que vamos continuar. Tem a legitimidade, vão assumir a responsabilidade, nós não seremos engulho mas, estaremos cá para demonstrar que o que estamos hoje a dizer, porque vai ficar em acta, tem sentido e está correcto e não são só os tais seis mil euros de aumento que estão anunciados."-----

ANTÓNIO PEDROSA, disse o seguinte: "a bancada não está contra esta reestruturação, já dissemos, peca por tardia, é um acto de gestão, é bem-vinda e aparentemente está bem fundamentada. O problema é que, as pessoas têm memória curta, e nós não devemos ter memória curta quando estamos nesta casa. Esta questão dos custos dos seis mil euros para uma câmara, que tem um endividamento de um número que nós sabemos, que às vezes parece um pinex, como se costuma dizer. Tive a oportunidade de dizer que, apesar de não vermos quantificados objectivos de aumento de produtividade, ou de redução de custos variáveis, ou outros custos com texto, admito que esta reestruturação, do quadro de pessoal, possa reduzir custos de outra ordem, admito que estes seis mil euros possam vir de outra ordem. Quanto é que vai custar a trapalhada do contrato celebrado com a SOMAGUE em relação ao Parque Desportivo de Buarcos? Quanto? Setenta e dois mil euros? Vamos lá ver se nos entendemos, a questão é assim, alguma vez é possível fazer uma reorganização de serviços, sem alterar as chefias? Não é. Acredito na competência das pessoas que trabalham na câmara municipal da Figueira da Foz, e acredito nesses concursos públicos, provavelmente serão as pessoas mais bem posicionadas para ocupar esses lugares. A dificuldade que este executivo tem e, por isso é que eu digo ao Sr. presidente, estive atento aos seus argumentos, estou esclarecido.-----

Também estive atento ao risco levantado pela bancada do PSD, também estou esclarecido.-----

E nós vamos-lhe dar o benefício da dúvida, nós vamo-nos abster, porque você merece o benefício da dúvida, em respeito a esta questão do pessoal na câmara.



Agora vamos ver, como há seis meses disse, em relação ao modelo de gestão do CAE, se daqui a um ano tivermos que vir dar a mão à palmatória, também o viremos. Mas também se tivermos que lhe chamar a atenção, que não funcionou e você tem que recuar, também estamos aqui presentes para o dizer.”-----

JOÃO CARRONDA, interveio dizendo: “Sr. presidente, eu tinha que manifestar aqui, duas ou três situações, porque vejo que há pessoas que até intervêm e, não sei se têm assim tão bom conhecimento do funcionamento dos serviços da câmara municipal. Compreendo que algumas pessoas, digam que esta reestruturação peca por tardia, e dizem isso como eu, também de certa forma, porque há uma ânsia de mudança.-----

Tenho estado a ouvir tudo com muita atenção e, a discutir os números. O critério de remodelação de serviços e de reestruturação, com certeza que são dos executivos camarários, como o foi no passado, e se no passado foram aceites e considerados como válidos, como justos, agora também terão ter que ser considerados como válidos, como justos.-----

A contabilização, se a reestruturação dos serviços da câmara trará maior ou menor benefício, penso que passa por um conjunto de factores que, não sei se muitas das vezes são mensuradas, mas podem ser vistos na prática e mais tarde. Inicialmente, não sei se são mensuradas, não é como os orçamentos, é uma previsão. Porque se fossemos a ver só em relação à questão do pessoal e dos cuidados que há com o pessoal, a câmara não tinha disparado as suas dívidas conforme tem disparado. E aí também há pessoal. Porque quando ouço dizer que se reduziu um milhão e tal de euros de custos de pessoal em 2005 e 2006, veja-se lá como é que isto estava gordo! E ainda continuará gordo nalgumas perspectivas, e estou a dizer isto porque, como utilizador dos serviços da câmara, tenho a ânsia que alguma mude! Porque aquilo que toda a gente diz e aconteceu comigo, estar três anos à espera de resposta de um ofício a uma junta de freguesia. Penso que dessa reestruturação e desse investimento pode, de facto, vir uma maior rentabilidade, uma maior agilização dos serviços, uma maior responsabilidade. E isso também é importante, a responsabilidade dos serviços porque, há aqui incutido nas pessoas que trabalham à frente dos serviços desta câmara, que estão a prestar um serviço público, e essencialmente para os munícipes do concelho, não é favor andarem por aqui. Não se deve tratar as coisas como um frete. Há que criar todo um novo espírito na câmara, e essencialmente muitos dos seus dirigentes, tenho que dizer isto, que não andam aqui a fazer favores. Favores



fazem os presidentes de junta, pelo dinheiro que ganham e andam a mendigar quase que diariamente.-----

E a preocupação que tenho aqui de, reestruturação e, vão-me desculpar, não tenho essa informação privilegiada, como podem pensar que há, é que desta reestruturação resulte melhor ligação com as juntas de freguesia e os serviços das juntas de freguesia. Porque nós temos estado aqui a ouvir, emagrecer no passado, emagrecimento foi na mão-de-obra e ela está à vista, o que é que acontece. Na mão-de-obra operária. Nos assistentes operacionais. Desapareceram brigadas, não há máquinas, não há operadores de máquinas e andamos nós nas juntas, quase de enxada e picareta a tentar resolver aquilo que antigamente era possível fazer com os serviços da própria câmara. Essa reestruturação é que penso que deve ser feita, no sentido de as pessoas sentirem a camisola da câmara do município, trabalharem com prazer e esses seis mil, os cem mil podem ser rentabilizados, sem duvida nenhuma, esse investimento naquilo tem vindo agora a acontecer, com todo o respeito pelos executivos anteriores, por tudo aquilo que tentarão, ouvi dizer isto "eu não sei o que é que hei-de fazer?" um responsável da câmara anterior a dizer, eu não sei o que é que hei-de fazer, em relação a um determinado serviço. Isto é que não pode acontecer. Foi dito a mim e aos presidentes de junta que estavam na altura. Em relação a um determinado departamento e, isto é que é importante numa reestruturação, apesar de haver concurso e abertura e tenho a plena certeza, e conhecendo as pessoas, que não vai haver uma falcatrua, que não vai haver viciação no jogo, mas as pessoas conhecem a câmara e conhecem o serviço, terão algum privilegio, com certeza, pelo seu conhecimento, e acho que é importante para bem do município, para bem de todos nós e aqueles que utilizamos os serviços, uma forma mais directa e para os munícipes, que essa reestruturação resulte, numa nova postura de servir os munícipes da Figueira da Foz."-----

NUNO BISCAIA, interveio dizendo: "Sr. deputado António Padrão, ouvi as suas palavras e, de facto, espantei-me quando o Sr. falou em concursos virtuais. Diria que, virtuais foram as suas palavras. Porque tudo o que disse, além de inverosímil, pareceu-nos, penso que a todos, sem fundamento. Porque é muito bonito, o Sr. falar em quadros, falar sobre meras hipóteses teóricas, mas o Sr. já pensou, por exemplo, nos funcionários da câmara municipal que estão à beira da reforma? O Sr. já pensou nos funcionários que podem concorrer a outras câmaras municipais ou a outras instituições públicas?-----



Há um leque de condições, que nem o Sr. nem ninguém aqui, está avalizado para neste momento fazer uma análise fundamentada delas. Não podemos julgar ou criticar um organograma com base em hipóteses, sem fundamento. Mais, o Sr. deputado sabe que, o executivo, não pode fugir à lei, e obviamente reafirmo o que foi dito, não irão ser contratadas sem vínculo à Administração Pública. Isso é que são concursos externos. E aconselho uma melhor leitura da lei, concursos externos é a contratação de pessoas, sem vínculo à Administração Pública. E isso não vai ser feito, seguramente.-----

Daqui a um ano, cá estaremos para analisar se, efectivamente este organograma foi eficaz, se criou produtividade. Se o aumento mensal for de seis mil ou até quinze mil euros, mas se houver produtividade e eficácia cá estaremos para aplaudir. Agora, gostaria de reforçar, no nosso entendimento, as pedras de toque do nosso organograma, para nós é, além de uma reestruturação total, principalmente a criação de equipas multidisciplinares na dependência directa do Sr. Presidente da Câmara e que servirão para reforçar o planeamento estratégico do concelho e o seu desenvolvimento, sustentado como à pouco já foi referido, e que é um dos verdadeiros propósitos deste mandato. E também uma preocupação com a legalidade e com a transparência algo que até agora nunca foi visto nesta casa, o reforço da divisão jurídica e a criação de uma divisão de auditoria é disso espelho."-----

ANABELA GASPAR, interveio dizendo: "tal como o meu colega de bancada disse, quando nós falamos em contratações externas, e não somos juristas, somos muitas vezes acusados aqui, da bancada do PS, estar cheia de juristas, mas tem alguma vantagem. Quando falava em contratações externas, é que não vamos abrir concurso para pessoas que não têm vínculo à função pública, até por força da própria lei. Como o Sr. tão bem deveria saber."-----

ANTÓNIO PADRÃO, interveio dizendo: "Sr. deputado Melo Biscaia vamos lá ver se nos entendemos. O que expressei, foi a minha interpretação relativamente às palavras proferidas pela deputada Anabela. Segunda questão, mas o que é que o Sr. quer dizer com o facto, de que apenas acedem funcionários com vinculo? O que é que o Sr. quer dizer com isso? Significa quê? Que não se pagam os vencimentos? O que é que o Sr. quer dizer que, apenas serão admitidos as pessoas que terão vínculo à função pública, foi o que o Sr. disse. Mas que consequência é que o Sr. quer que tire daí? Não tem que pagar na mesma.-----
Depois a questão dos funcionários à beira da reforma. Nós estamos de acordo, que



deve ser feita esta reestruturação. Alertámos tão-somente, pelo facto de que ela poderá ter uma expressão, em termos de custos de pessoal que vai para além do que eventualmente seria desejável, a nossa posição é esta, não foi mais do que isso. O Sr. está-me a falar, quem vai para a reforma e que só podem aceder funcionários que tenham vínculo à função pública.”-----

NUNO BISCAIA, disse o seguinte: “antes de mais, gostaria de deixar aqui explícito que, nunca lhe faltei ao respeito e agradeço que o Sr. também não me falte ao respeito, nem a mim nem à minha bancada. Portanto dispenso esses seus há partes, que acho que não engrandecem em nada, nem a si nem a esta casa. Depois, o que eu disse, é que o Sr. está a fazer conjecturas com base em cenários, e o Sr. não tem legitimidade para fazer essas conjecturas? Essas conjecturas são politiqueras e apenas mostram que, as pessoas se apercebam que não estudou esta questão.”-----

ANTÓNIO PADRÃO, disse o seguinte: “Sr. deputado Melo Biscaia, vou tentar ser mais explícito, o facto do Sr. José Manuel da Silva, se reformar amanhã, ou em Janeiro, ou em Fevereiro não é pertinente para o assunto que estamos a discutir. O Sr., deu esse exemplo, naquela lógica, não porque é menos um vencimento a pagar. Não é isso que está em causa. O que está em causa é, se o hipotético esforço financeiro é racional para o acto em si. Para este plano de reestruturação da câmara da Figueira, não tem nada a ver com a reforma deste ou daquele. Estamos a ponderar a expressão que pode ter este acto administrativo, não tem a ver com a reforma do Sr. José.”-----

A segunda questão, não faltei ao respeito, se porventura o Sr. assim interpretou, interpretou mal, mas respondo ainda assim, tenho em consideração, se interpretou assim, peço-lhe desculpa, mas foi por deficiente entendimento da sua parte.”-----

De qualquer forma, o que está em causa aqui, é a variável que o Sr. introduziu e pulverizou, só acedem a este concurso funcionários com vínculo à função pública, não altera no essencial em nada, não belisca a argumentação que estávamos a utilizar.”-----

JOÃO TOMÉ, interveio dizendo: “quando eu pouco disse, com um certo tom de brincadeira, que tínhamos os mesmos índios, íamos ter mais chefes, não disse isto em vão, é que embora, não tenha todos os dados porque, claro que não os devo ter sequer, olhando o organograma, parece-me que há divisões a mais e, serviços a menos. Não quer dizer que os quadradinhos não fiquem aqui. Agora o



que me parece é que ter muitos chefes de divisão vai custar mais caro do que ter chefes de serviço.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: “queria agradecer às bancadas o benefício da dúvida, é sempre interessante para quem está a liderar e, fazer aqui dois reparos. Isto é uma emissão em banda larga, mas nós temos menos canais. E é um pressuposto concursal, nós temos dezasseis canais. E vocês têm vinte e dois.-----

Em relação a esta questão concursal, não há volta a dar, porque o problema da mobilidade interna, no fim de contas, já pressupõe que as chefias também criam um próprio sistema de mobilidade entre eles, quer dizer, é aceitável que algumas das eventuais chefias, que não possam ser contempladas nas regras do concurso por razões várias, não tem só a ver com os pressupostos do concurso. Depois também procurem outras autarquias. Estamos num estado de direito, efectivamente teremos a preocupação de que, o concurso não seja excludente dos que cá estão, nem seja excludente daqueles que queiram vir de fora. O nosso único objectivo é melhorar os serviços e, o único cargo vitalício que conhecia, se era esse o perigo, é ser juiz. É o único que está constitucionalmente admissível. Não, porque depois nós podíamos eleger aqui um cargo vitalício de chefia, para proteger eventuais derrapagens orçamentais. Não, isto está tudo previsto, isto prevê, de facto, uma certa mobilidade e, o nosso objectivo é recrutar os melhores e, nós também temos os melhores entre nós. Não há grandes perigos em relação a este aspecto. De qualquer forma, mais uma vez o meu agradecimento.”---

Lídio Lopes, interveio dizendo: “Sr. Presidente, como referi e, não fui até agora esclarecido e pretendia que fosse, esta alteração que recebemos hoje, foi aprovada na câmara ou não? Se não foi aprovada na câmara, tem de ser votada a sua alteração no documento, se foi aprovada na câmara, tal qual como recebemos hoje, a alteração ao documento, acabou a minha intervenção.-----

Em relação ao resto, não vou acabar o minuto, mas não posso deixar de dizer, Nuno isto não é uma polémica, é só uma nota de rodapé, não vale a pena depois vires em defesa da honra, mas a bancada do PS, não podendo despedi-los quer é reformá-los. E parece a argumentação que queres deixar. O que é evidente é que isto não é renda de bilros, é uma sinfonia, porque a pauta foi bem distribuída e está toda a gente a tocar pela mesma pauta.-----

Sr. Presidente, de vinte e três estações e apeadeiros que nós tínhamos, passam para vinte e oito.”-----



PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: "dá a ideia que, o deputado Lídio Lopes, quer ficar com a última palavra, eu retiro esse apeadeiro, já disse que só quero vinte e dois. Faça a minha interpretação, quando estamos a falar em banda larga, porque a banda larga foi um problema suscitado por vocês e em termos de canais só tem a ver com os cargos de chefia. Não tem a ver com os graus, com o terceiro grau intermédia, porque sabe que esses não vão a concurso. Sr. Presidente, em relação a essa questão eu fiz aqui uma consulta interna, não sei se foi rectificada em termos de câmara, consta da acta. Tenho que consultar os serviços técnicos, porque esta questão foi discutida porque, também julgo que na própria reunião de câmara, referi os 80%"-----

NUNO MAURÍCIO, interveio dizendo: "os senhores vereadores do movimento Figueira 100% e do PSD, no qual a versão original contemplava esse montante de 80% do vencimento mais 80% das despesas de representação, na sequencia da reunião, houve um período para entrega de propostas de alteração, foi entregue pelos 100% algumas, forma feitas algumas sugestões pelo PSD e, o executivo municipal, a sugestão que introduziu foi diminuir 80% para, 75%/30%, essa versão foi contemplada na versão que foi levada à câmara."-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: "estamos a suscitar uma falsa questão, o que está aqui é os 70/30, se porventura houver algum problema interno em câmara depois, vai ser rectificado nesse sentido."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, interveio dizendo: "quero em primeiro lugar esclarecer que nós estamos da nossa ordem de trabalhos, que é o inicio do procedimento de reestruturação, portanto se quiser levantar essa questão no outro, agora este tal qual está determinado, a menos que o plenário o diga em contrário vamos votar o inicio dos trabalhos."-----

LÍDIO LOPES, disse o seguinte: "Sr. Presidente, nós quando começámos a discutir esta matéria falámos nisso, tal como na câmara os dois pontos estavam a ser discutidos em conjunto, entendo que na assembleia poder-se-á fazer uma nota na acta a dizer que a discussão deste ponto está integralmente reproduzida no ponto seguinte, quer dizer porque é daquelas coisas que não tem qualquer sentido colocar toda esta conversa que tivemos até agora duas vezes, significa papel, ou seja, nós falámos no principio que estávamos a discutir os dois pontos em simultâneo. Estou a discutir os dois pontos em simultâneo, e isso não foi contrariado pela assembleia e a discussão de todos foi nesse sentido. Não estamos a discutir o ponto do início do procedimento, estamos a discutir os dois



em conjunto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “respeito perfeitamente a sua opinião e até devo-lhe dizer que, pessoalmente, estou inteiramente de acordo consigo. Não faz sentido que não seja assim. Mas isso tem que ser o plenário e a Assembleia para dar a devida cobertura legal a esta nossa sessão. E portanto correspondo já à sua proposta e perguntando à assembleia se estão de acordo que a votação que vamos fazer a seguir, engloba o ponto da nossa ordem de trabalhos 3 e 4. Portanto, o início do procedimento e em simultâneo a proposta que aqui tem vindo amplamente a ser discutida dessa situação. Se a assembleia assim o concordar e o plenário assim o concordar.”-----

LÍDIO LOPES, disse o seguinte: “Sr. Presidente é que não pode ser assim. Ou seja, tudo o que nós tivemos a discutir é reflectido nos dois pontos, ou seja nós estamos a discutir os dois pontos em simultâneo, mas vamos ter duas deliberações de assembleia, para reflectir as duas deliberações de câmara, sob pena de estarmos a deliberar de uma coisa que não é o mesmo objecto da câmara, ou seja nós vamos ter de reflectir no papel duas deliberações, mas só tivemos aqui uma discussão.”-----

ANTÓNIO PEDROSA, disse o seguinte: “acho que nós podemos avançar, acho que as pessoas estavam distraídas e eu próprio referi o que o Sr. deputado Lídio Lopes está a dizer. Íamos discutir os dois pontos, mas em votação tinham que ser votados separadamente, parece-me lógico, nós não temos nada contra isso, a minha discussão está encerrada, acho que ficou tudo muito claro.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo mais intervenções coloco o ponto à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com vinte e dois votos a favor (19 do PS, 2 dos Membros Independentes e 1 do BE) e com dezoito abstenções (12 do PSD, 5 do Movimento Figueira 100% e 1 da CDU), nos termos da alínea n) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, aprovar o início do procedimento de reestruturação dos serviços da Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

5.4 - PROPOSTA DE MODELO ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ, DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E ORGANOGRAMA, E ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião



de Câmara de 21 de Setembro de 2010.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “este ponto foi discutido em simultâneo com o ponto 5.3. Assim sendo, conforme decidimos passamos de imediato à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com vinte e dois votos a favor (19 do PS, 2 dos Membros Independentes e 1 do BE) e com dezoito abstenções (12 do PSD, 5 do Movimento Figueira 100% e 1 da CDU), nos termos das alíneas n) e o) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, aprovar o Modelo Organizacional da Câmara Municipal da Figueira da Foz, o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e Organograma, e a alteração ao Mapa de Pessoal.-----

5.5 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE DIVISÃO DE AUDITORIA

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 21 de Setembro de 2010.-----

ANTÓNIO BAIÃO, interveio dizendo: “queria manifestar a concordância e a compreensão relativamente à necessidade que o executivo aponta para esta alteração, contudo não concordamos com a criação de uma divisão e, julgamos que seria aconselhável e compreensível que esta proposta viesse, até falando naquilo que tem sido muito dito hoje, a actual conjuntura em que ainda ontem fomos brindados com a notícia de mais uns cortes, onde se inclui também o corte para as autarquias, mas a título de passe, deixe-me dizer, também se inclui o aumento do IVA, o aumento do preço dos medicamentos, a diminuição do direito à saúde, com a questão dos mais desfavorecidos, com a diminuição também dos cortes em termos dos exames diagnósticos. Vai dar aos pequenos e médios comerciantes e industriais, vai dar para todos, menos para aqueles que cada vez mais fizeram a crise e engordam com a crise.”-----

Julgamos que a alteração ficava bem como um serviço de dependência directa do Sr. presidente, sem a necessidade de criar mais um chefe de divisão e por isso vamo-nos abster.”-----

NOGUEIRA SANTOS, disse o seguinte: “em nome do Movimento Figueira 100%, quero congratular-me pela criação desta divisão. Consideramos que é absolutamente pertinente e que está completamente de acordo com a elaboração e com colocação em prática do regulamento contra a corrupção, de prevenção de corrupção e pensamos que, de facto, quando se pretende agilizar serviços, cumprir



procedimentos, evitar más práticas, a criação de uma divisão de auditoria, que tem, como diz no seu regulamento, não só funções de auditoria interna no aspecto de sistemas de gestão, nomeadamente qualidade, mas tem também competências na área financeira, de análise dos procedimentos, nós só nos podemos congratular com isto. Consideramos que a criação de uma divisão é absolutamente adequada, porque quando se quer dar importância às coisas, têm que colocá-las em posição de importância. Porque de facto uma divisão de auditoria, os responsáveis por uma área de auditoria não podem entrar na execução das suas funções, em posições de menoridade relativamente aos outros órgãos que estão a ser auditados.-----

Nessas circunstâncias e, aqui por o organigrama que vejo, penso que a divisão de auditoria fica na dependência directa do Sr. Presidente da Câmara, penso que não deve ser, de maneira nenhuma, delegada essa competência. Portanto organicamente é incompatível, isto acaba por ser um *fedí ver*, mas para que a divisão de auditoria fosse viável deveria ficar na dependência da Assembleia Municipal.”---

JOÃO TOMÉ, disse o seguinte: “apenas para referir que aqui está um exemplo daquilo que deve ser uma divisão. Há aqui outros sectores que poderiam ser serviços e não divisão. Este sim, tem todo o meu apoio.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: “de facto partilho daquilo que foi dito, aliás o que referiram é o fundamento da nossa proposta. Mas fico satisfeito pelas opiniões que colhi. Dois pequenos toques, tem que necessariamente ser divisão porque é transversal a todos os serviços, não belisca pelas orientações do director, mas não deixa de poder analisar todo o funcionamento da câmara. É divisão porque tem que ser independente, é divisão pelo cargo e pela simbologia, pela natureza do cargo.-----

Em relação à prestação de contas à Assembleia Municipal, julgo que a Lei das Autarquias não o prevê, mas não teria nada a opor, oportunamente darei conta da monitorização que vai sendo feita aos serviços da Assembleia Municipal com todo o gosto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo mais intervenções, coloco o ponto à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor (19 do PS, 5 do Movimento Figueira 100%, 1 do PSD, 1 do BE e 1 do Membro Independente e) e com onze abstenções (10 do PSD e 1 da CDU), nos termos da alínea n) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e pelas Declarações de Rectificação n.º



4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, aprovar o Regulamento da Divisão de Auditoria.-----

5.6 - AGÊNCIA DE CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO (ACMMM) - CRIAÇÃO, APROVAÇÃO DE ESTATUTOS E PARTICIPAÇÃO PELO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 21 de Setembro de 2010.-----

ELISA MATOS, disse o seguinte: “o programa operacional da Região Centro, PO, desdobra-se em cinco eixos prioritários fundamentais, sendo que no segundo, desenvolvimento das unidades e dos sistemas urbanos a intervenção, incide nas seguintes áreas: parcerias para regeneração urbana, redes urbanas para competitividade e inovação e mobilidade urbana.-----

Nos termos do regulamento específico, políticas das cidades, redes urbanas para a competitividade e inovação, apresentaram-se candidaturas ao programa operacional, MAIS CENTRO, podiam ser candidatos ao referido concurso programas estratégicos que abrangessem exclusivamente os centros urbanos estruturantes do modelo territorial, definido no programa nacional de política de ordenamento do território que se localizassem nas regiões NUTES II do País. Destas candidaturas um dos projectos aprovados foi o da Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego RCMM, projecto que envolve treze parcerias e oito autarquias. Projecto que não está aqui em discussão, como não esteve na reunião de câmara de 21 de Setembro, visto que o nosso município já é uma destas oito autarquias que compõe a rede que foi aprovada em Agosto.-----

O que aqui está em análise, é a aprovação da AD, Agência de Desenvolvimento, onde os parceiros que constituem a rede, juntamente com outros como Turismo Centro de Portugal, Universidade de Coimbra, Instituto Pedro Nunes, Associação Comercial e Industrial de Coimbra e ainda a Direcção Regional de Cultura do Centro.-----

Agência criada como elemento estruturante de gestão e organização da própria rede, com esta agência, pretende-se promover a capacidade de cooperação ao nível do desenvolvimento territorial, social, económico e assumir o património histórico como produto turístico cultural motivador de um novo desenvolvimento económico, ancorado às novas dinâmicas como são, por exemplo, as científicas. Neste sentido a proposta apresentada a esta Assembleia deverá ser corrigida em termos de nomenclatura, que se confunde ao longo do texto, bem como na acta da



reunião de câmara de 21 de Setembro, deverá ser analisada e corrigida, isto na minha perspectiva. O título das vossas propostas, diz agência quando o que está em causa é uma rede, o Município da Figueira, já faz parte e o que está aqui em aprovação, na minha perspectiva e na minha interpretação, é a agência de desenvolvimento, estou correcta?"-----

VEREADORA ISABEL CARDOSO, interveio dizendo: "a Sr.ª deputada leu tudo, portanto presumo que tenha lido o regulamento específico da redes urbanas para a competitividade e inovação, que obriga à constituição desta agência de desenvolvimento. Em sede de câmara e em sede de Assembleia Municipal, os estatutos é que têm que ser aprovados, porque a agência ainda não está criada, não temos sequer a garantia de todos os parceiros de que esse nome seja aceite. Portanto, penso que podemos acolher obviamente essa sugestão mas não é vinculativo o nome que está a ser dado aí."-----

ELISA MATOS, disse o seguinte: "na proposta como referia a Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego ACMMM, penso que aqui será rede de castelo medievais do Mondego. E para este efeito, como depois vocês a seguir referem, considerando que a rede urbana dos castelos e muralhas do Mondego, penso que há aqui uma discrepância de nomenclatura e, esta agência que está como título, depois confunde-se com aquilo que efectivamente estamos aqui a fazer, que é a agência de desenvolvimento que terá que ser aprovada em termos dos seus estatutos."-----

Neste sentido, esta proposta deveria ser corrigida em termos de nomenclatura.---
Desta forma o que aqui está em causa e análise, passo a citar, é realmente submeter à consideração da câmara municipal como vocês próprios referem, a aprovação da criação da agência de desenvolvimento e dos respectivos estatutos. Condição indispensável para a rede urbana poder arrancar e assinar o seu contrato de financiamento no âmbito do quadro de referência estratégico nacional."-----

O outro aspecto que quero realçar é o seguinte: o investimento ilegível de cada programa estratégico, deve originar uma comparticipação do FEDER associada, não inferior a um milhão de euros, e não superior a seis milhões de euros. Como é referido na acta, da já citada reunião de câmara, o RCMM ascende a cerca de 9,8 milhões de euros, por isso perto do limite de comparticipação possível."-----

A taxa máxima de co-financiamento FEDER, para cada operação integrada na estratégia, é apoiar de 65% e a taxa mínima de 60%, facto que nos levará a



assumir o compromisso de investimento de 370 mil euros para uma intervenção nas seguintes áreas e, passo a citar a referida acta “são a “Reparação e Valorização do baluarte/fronteira à Capela da Nossa Senhora da Conceição”, a “Recuperação e Valorização das demais frentes da Muralha e Baluartes de Buarcos”, o tratamento da marginal urbana de Buarcos sobre a muralha, definido no desenho de arquitectura para os espaços públicos, a iluminação urbana, a iluminação de valorização do monumento e a aplicação de equipamentos.”-----

Perante a amplitude desta intervenção, pergunto se não seria igualmente pertinente intervir em pontos desta cidade como o Fortim de Palheiros, uma estrutura edificada efectivamente medieval e que qualquer dia dela nada resta. Não devemos preservar só o que se vê, mas preservar também o que tendo valor não é tão visível ou imediato. Por isso proponho que se acrescente à lista a intervir este Fortim de Palheiros no âmbito desta rede, pelo menos a sua identificação e a sua descrição.-----

Outro aspecto que quero registar em relação a esta rede é também a relação importante que ela vai estabelecer entre cidade, universidade e conhecimento, como elemento congregador e até estruturante de valorização dos territórios, neste sentido espero também que este vector seja tido em consideração com todos os projectos válidos que, não tendo FEDER tem solidariedade e ética pública para a constituição de autarquia mais sustentável.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “nós registamos, interpretamos isto mais como uma sugestão depois será veiculada à parceria, para tomar em consideração.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo mais intervenções, coloco o ponto à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, nos termos da alínea m), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, autorizar o Município da Figueira da Foz a criar e a integrar a Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (ACMMM) .-----

5.7 - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP E A CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - EXTENSÃO DE SAÚDE DE LAVOS

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 21 de Setembro de 2010.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “só um acrescento de um documento que pode faltar e que é pertinente. Tenho aqui entre mãos a doação à câmara municipal da Figueira da Foz, do artigo em causa por parte da junta de freguesia de Lavos, era uma formalidade que ainda estava por cumprir, já temos a documentação que passa este prédio para nosso nome e, é aí que nós vamos levar a cabo esta obra, trata-se da extensão de saúde da Junta de Freguesia de Lavos. No fim de contas, foi uma adequação dos procedimentos para que fossem satisfeitas todas as regras necessárias. Este prédio por alteração do protocolo, constituirá activo da câmara municipal da Figueira da Foz. Como não podia deixar de ser, sob pena de estarmos a fazer uma obra, em terreno alheio e a favor de outrem o que é expressamente proibido, e foi isso que tentámos rectificar e é isso que está agora aqui em causa.”-----

JOÃO TOMÉ, disse o seguinte: “apenas para referir um pequeno pormenor, segundo um trabalho que entreguei em 2009, sobre reestruturação do serviço nacional de saúde no concelho, gostaria de chamar a atenção para o seguinte, tinha-se proposto e defendo que cada freguesia deve ter uma extensão de saúde. No entanto o serviço nacional de saúde deve-se concentrar em cinco ou seis, isso exige estudos, unidades de saúde familiar devidamente distribuídas pelo concelho, de forma a que a população tenha um serviço de qualidade, porque se vão arranjar uma extensão de saúde onde vamos querer ter médico e enfermeiro e mais não sei quantos em dezoito sítios, não vamos ter serviços de saúde de qualidade para ninguém. É preciso acautelar isto.”-----

Felizmente tive acesso à resposta, através da Assembleia da Republica, à interrogação feita pelo deputado João Semedo e, pelo menos a intenção do Ministério da Saúde actualmente coincide com o projecto que apresentei à câmara. Portanto acho que não estaria muito desfasado da realidade, daquilo que se passa aqui.”-----

MARIA DOS PRAZERES, interveio lendo o documento que constitui o anexo número quatro à presente acta.-----

ANTÓNIO PEDROSA, disse o seguinte: “fico bastante sensibilizado e bastante satisfeito com a celebração deste protocolo, no entanto tenho que secundar a intervenção do meu caro amigo João Tomé do BE, apesar de não ser algo muito próprio de alguém do BE dizer aquilo que você disse. Mas secundo e já falámos sobre isso, você tem toda a razão e segundo aquilo que você disse, temos aqui é um problema, a Freguesia de Lavos e, está ali o Presidente da Junta que o pode



confirmar, tem tido muito sucesso neste ano de mandato do Sr. Presidente da Câmara. Porque há turismo governativo, há protocolos para instalação de uma extensão do centro de saúde, existe dinâmica. Se todas as freguesias tiverem este tipo de atenção, acho que é bom para o concelho. Mas queria recordar que há uma situação na freguesia ao lado, na Marinha das Ondas, que também é do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara, que tem a ver com a extensão do centro de saúde da Marinha das Ondas, e o Sr. Presidente da Junta está ali, pode confirmar, algo que ainda não está resolvido na Praia da Leirosa. Era só chamar a atenção para esta questão agradecia que se tiverem alguma informação que nos possam disponibilizar, porque em Abril deste ano ainda não estava.----- Claro que vamos votar favoravelmente e ficamos bastante satisfeitos, mas chamar a atenção que há mais situações deste carácter que necessitam da sua atenção ou da sua intervenção.”-----

JOSÉ ELÍSIO, interveio dizendo: “não queria intervir neste ponto, mas o Sr. deputado Pedrosa obriga-me a isso. Porque da intervenção pode trespassar pela cabeça das pessoas que há, por parte da câmara e do Sr. Presidente da Câmara, algum tratamento de favor em relação à freguesia de Lavos, o que aliás é falso. Tenho para com o Sr. Presidente da Câmara e para com a sua equipe de vereação o maior respeito, maior admiração, tenho colaborado dentro daquilo que me é possível colaborar e a câmara tem feito aquilo que é possível fazer por Lavos, como tem feito por outras freguesias. Houve de facto a visita do Sr. secretário de estado do turismo, porque foi ao museu do sal, e a iniciativa, tanto quanto julgo saber, até nem foi da câmara, foi da região de turismo do centro, não sei se estou a errar, mas admito que sim.-----

Agora algumas iniciativas que a freguesia de Lavos tem tido e tem em curso, essas, com o devido respeito, têm sido da iniciativa do Presidente da Junta.”---

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: “só um breve esclarecimento, efectivamente não há aqui qualquer discriminação, há a preocupação de servir atempadamente todos. Porque não é só este projecto, nós estamos atentos e já fizemos aqui o projecto internamente na DEP, em relação à extensão de saúde das Alhadas, e este processo estava pendente, era um processo que já vinha detrás. Foi um processo que foi assumido de uma forma um pouco precipitada e sem qualquer tratamento burocrático administrativo. E portanto já está calendarizado nas grandes opções do plano e cujo investimento e o projecto tem que ser apresentado até 15 de Outubro, portanto isto foi um pouco uma sangria desatada



para não perder os 80% de comparticipação, e aí empenhei-me seriamente, fui à ARSS, disse ao presidente que não queria o protocolo nos termos em que estava, sob pena de estar a cometer uma grande ilegalidade e a desfavorecer o activo da câmara, portanto queria que a propriedade ficasse na câmara, porque éramos nós que iríamos fazer a comparticipação para a taxa de esforço, ele disse que já tinha ido a homologação do projecto com o qual eu discordava. E pedi-lhe para ele dizer ao secretário de estado para o dar sem efeito, e disse que este seria mais ou menos coisa adquirida, só necessitava de passar pela Assembleia Municipal, e aqui está o documento e amanhã direi ao Sr., durma descansado, mande o papel ao secretário de estado e mande-o rapidamente, porque faz falta para a instrução do processo. E portanto isto foi o empenhamento que farei com qualquer outra freguesia, sem qualquer tipo de discriminação, desde que isso sirva os interesses da comunidade.-----

Outra explicação foi meter também no preâmbulo que isto foi uma intervenção a título excepcional, porque como bem sabem, isto não é da competência directa da câmara municipal. Pode, se houver relevante interesse nacional, justificar a sua intervenção, mas sempre a título excepcional. E portanto, no preâmbulo quis excepcionar para que isto não vir e regra, quis excepcionar a nossa intervenção invocando o eminente interesse público.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo mais intervenções, passávamos à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o contrato-programa entre a Administração Regional de Saúde do Centro, IP e a Câmara Municipal da Figueira da Foz, tendo como objecto a cooperação técnica e financeira para a construção da Extensão de Saúde de Lavos.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

JOSÉ ELÍSIO, fez a seguinte declaração de voto: “votei a favor deste projecto com toda a convicção e até devo confessar com alguma emoção. Acho que este é o primeiro passo de uma caminhada que se afigura longa e difícil, e que espero que termine de uma forma feliz, para bem da comunidade lavoense, pois este equipamento, que é absolutamente necessário, irá contribuir de uma forma muito significativa para a melhoria da sua qualidade de vida. Por ser de justiça, não quero deixar de registar o meu agradecimento ao empenhamento que tem havido por parte do Sr. Presidente da Câmara e por parte dos senhores vereadores que super entendem nesta área, para que este processo se concretize. Têm sido reveladores



de uma grande vontade politica que, estou certo, que os lavoenses registarão. Quero também deixar claro que a freguesia de Lavos não deixa de contribuir de uma forma muito significativa para realização e concretização deste projecto, pois não sei se outros casos assim será, mas neste a junta de freguesia contribui com algo que ronda os 20 a 23% do total do investimento, e que mais não é do que ter alienado e ter doado com todo o gosto à câmara municipal o terreno de sua propriedade, que aliás era o único que possuía para que este equipamento ali pudesse ser construído.”-----

5.8 - 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2010

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 21 de Setembro de 2010.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo intervenções, coloco o ponto à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor (18 do PS, 11 do PSD, 4 do Movimento Figueira 100%, 1 do BE e 1 do Membro Independente) e com uma abstenção da CDU, nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2010.-----

5.9 - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ E A JUNTA DE FREGUESIA DE QUIAIOS PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIO ESCOLAR DEVOLUTO - EB1 CASAL NOVO

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 21 de Setembro de 2010.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo intervenções, coloco o ponto à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, nos termos da alínea s), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, autorizar a celebração do Protocolo entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e a Junta de Freguesia de Quiaios, para a delegação de competências de gestão e conservação de edifício escolar devoluto, Escola do 1.º Ciclo do Casal Novo.-----



A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a acta em minuta.----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram vinte horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----